

PERFIL LOCAL DE SAÚDE

ACES Pinhal Litoral

2022



Ficha Técnica

Título

Perfil Local de Saúde – ACES Pinhal Litoral – 2022
Versão 1 – 28/10/2022

Diretor Executivo

Marco Alexandre Santos das Neves

Presidente do Conselho Clínico e de Saúde

Ana Francisca Costa

Coordenadora da Unidade de Saúde Pública

Maria Odete Ferreira Mendes

Grupo de Planeamento

Rui Passadouro da Fonseca – Assistente Graduado Sénior de Saúde Pública
Bartolomeu Alves – Médico Interno de Formação Específica em Saúde Pública
Lília Valente - Médica Assistente de Saúde Pública
Tiago Gabriel – Médico Assistente de Saúde Pública
Beatriz Jardim – Médica Interna de Formação Específica em Saúde Pública

Índice

Índice de Figuras	v
Índice de Quadros	vii
Introdução	1
1. Caracterização Geral do Pinhal Litoral (NUT III)	4
1.1 Topografia e hidrografia	6
1.2 Caracterização da rede de Acessibilidades do Pinhal Litoral	8
1.3 Agrupamento de Centros de Saúde – Pinhal Litoral	9
1.3.1 População Inscrita.....	10
2. Situação demográfica	12
2.1 Evolução da população residente (Censos)	12
2.2 Pirâmide etária	13
2.3 Índice de envelhecimento.....	13
2.4 Índice de dependência de jovens	14
2.5 Índice de dependência idosos	15
2.6 Número de nados vivos	16
2.7 Taxa bruta de natalidade	16
2.8 Índice sintético de fecundidade	17
2.9 Esperança de vida à nascença	18
3. Situação socioeconómica	20
3.1 Desempregados inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)	20
3.2 População empregada por sector de atividade económica.....	20
3.3 Beneficiários do rendimento social de inserção da segurança social	21
3.4 Pensionistas da segurança social e da caixa geral de aposentações.....	22
3.5 Valor médio das pensões da segurança social.....	23
3.6 Beneficiários de subsídios de desemprego da segurança social	24
3.7 Taxa de criminalidade	25
3.8 Taxa de crimes contra a integridade física.....	25
3.9 Taxa de condução com alcoolémia superior a 1,2	26
3.10 População por nível de escolaridade mais elevado completo.....	26
3.11 Taxa de abandono escolar	27
3.12 Taxa de analfabetismo	28
3.13 Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem	28
3.14 Poder de Compra per capita.....	29
3.15 População servida por abastecimento público de água (%)	30
3.16 População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%)	30
4. Determinantes de saúde	32
4.1 Nascimentos em mulheres com idade inferior a 20 anos.....	32

4.2	Nascimentos em mulheres com idade superior ou igual a 35 anos.....	33
5.	Estado de saúde	35
5.1	Nascimentos pré-termo	35
5.2	Crianças com baixo peso à nascença	35
5.3	Taxa bruta de mortalidade	36
5.4	Taxa de mortalidade infantil	37
5.5	Taxa de mortalidade neonatal.....	37
5.6	Taxa de mortalidade neonatal precoce	38
5.7	Taxa de mortalidade pós-neonatal.....	39
5.8	Taxa de mortalidade perinatal.....	39
5.9	Mortalidade por grandes grupos de causas de morte, por grupos etários	40
5.10	Incidência de doenças de notificação obrigatória no ACES-PL.....	43
	Conclusão	45

Índice de Figuras

Figura 1: Enquadramento da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.	4
Figura 2: Localização e Área Geográfica do ACES Pinhal Litoral.	5
Figura 3: Freguesias (nº) do Pinhal Litoral segundo a tipologia de áreas urbanas.	6
Figura 4: Relevo do território do Pinhal Litoral.	7
Figura 5: Bacias Hidrográficas de Portugal Continental. Pormenor das Bacias do Rio Lis e do Rio Mondego.	8
Figura 6: Rede de Acessibilidades do Pinhal Litoral.	9
Figura 7: Organograma funcional do ACES-PL.	10
Figura 8: Número de efetivos no ACES-PL, 2011 e 2021 (anos censitários).	12
Figura 9: Pirâmide etária da população residente no ACES-PL no ano 2020.	13
Figura 10: Índice de envelhecimento na Região Centro e no ACES-PL, 2016-2020, com as respetivas tendências e projeções a 2 anos para os concelhos com valores extremos, baseadas numa regressão linear (em que x=ano civil pretendido).	14
Figura 11: Índice de dependência de jovens na Região Centro e no ACES-PL, 2016-2020 e respetivas tendências e projeções a 2 anos para os concelhos com valores extremos, baseadas numa regressão linear (em que x=ano civil pretendido).	15
Figura 12: Índice de dependência de idosos na Região Centro e no ACES-PL, 2016-2020 e respetivas tendências e projeções a 2 anos para os concelhos com valores extremos, baseadas numa regressão linear (em que x=ano civil pretendido).	15
Figura 13: Número de nados vivos na Região Centro e no ACES-PL, 2016-2020 e respetivas tendências e projeções a 2 anos, baseadas numa regressão linear (em que x=ano civil pretendido).	16
Figura 14: Taxa bruta de natalidade na Região Centro e no ACES-PL, 2016-2020 e respetivas tendências e projeções a 2 anos, baseadas numa regressão linear (em que x=ano civil pretendido).	17
Figura 15: Índice Sintético de Fecundidade entre 2016 e 2020, na Região Centro e nos concelhos do ACES-PL.	17
Figura 16: Proporção de desempregados por 1000 habitantes em idade ativa entre 2017 e 2021.	20
Figura 17: Proporção de residentes a receber RSI por 1000 habitantes em idade ativa e respetivas tendências e projeções a 2 anos, baseadas numa regressão linear (em que x=ano civil pretendido).	22
Figura 18: Proporção de pensionistas por 1000 habitantes de população ativa e respetivas tendências e projeções a 2 anos, baseadas numa regressão linear (em que x=ano civil pretendido).	23
Figura 19: Valor das pensões da Segurança Social (médio anual em euros), entre 2016 e 2020, na Região Centro e no ACES-PL e respetivas tendências e projeções a 2 anos, baseadas numa regressão linear (em que x=ano civil pretendido).	23
Figura 20: Número de Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social no ACES-PL, entre 2016 e 2020.	24
Figura 21: Beneficiários de subsídios de desemprego da segurança social/1000 habitantes da população ativa na Região Centro e no ACES-PL, entre 2016 e 2020.	25
Figura 22: Percentagem de população por nível de escolaridade mais elevado completo, 2011, no ACES-PL e na Região Centro.	26
Figura 23: Percentagem de população por nível de escolaridade mais elevado completo, 2001, no ACES-PL e na Região Centro.	27

Figura 24: Taxa de abandono escolar (%) por Local de residência.	27
Figura 25: Taxa de analfabetismo segundo os censos de 2001 e 2011, na Região de Leiria, Região Centro e concelhos do ACES-PL.	28
Figura 26: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem por localização geográfica.	29
Figura 27: Poder de compra per capita por localização geográfica, entre 2015 e 2020.	29
Figura 28: Proporção da população servida por abastecimento público de água no ano 2019.	30
Figura 29: Proporção da população servida por sistemas de drenagem de águas residuais em 2019.	30
Figura 30: Proporção (%) de nascimentos em mulheres com idade inferior a 20 anos, na Região Centro e no ACES-PL, 2017-2021.	32
Figura 31: Proporção de nascimentos em mulheres com idade superior ou igual a 35 anos nos vários concelhos do ACES-PL e na Região Centro, 2017-2021.	33
Figura 32: Proporção (%) de nascimentos pré-termo em 2020 (concelhos do ACES-PL, Região de Leiria e ARS Centro).	35
Figura 33: Proporção (%) de crianças com baixo peso à nascença em 2020, nos concelhos do ACES-PL, Região de Leiria e Região Centro.	36
Figura 34: Taxa bruta de mortalidade em 2020, nos concelhos do ACES-PL, Região de Leiria e ARS Centro.	36
Figura 35: Taxa de mortalidade infantil (triénio 2018-2020), nos concelhos do ACES-PL, Região de Leiria e ARS Centro.	37
Figura 36: Taxa de mortalidade neonatal (triénio 2018-2020), nos concelhos do ACES-PL, Região de Leiria e ARS Centro.	38
Figura 37: Taxa de mortalidade neonatal precoce (triénio 2018-2020), nos concelhos do ACES-PL, Região de Leiria e ARS Centro.	38
Figura 38: Taxa de mortalidade pós-neonatal (triénio 2018-2020), nos concelhos do ACES-PL, Região de Leiria e ARS Centro.	39
Figura 39: Taxa de mortalidade perinatal em 2020, nos concelhos do ACES-PL, Região de Leiria e ARS Centro.	40

Índice de Quadros

Quadro 1: Superfície (Km ²) Territorial, nº de Cidades Estatísticas, nº de Freguesias e nº de Vilas, por Localização Geográfica, em 2017.	6
Quadro 2: Área, perímetro, extensão máxima e altimetria, por Concelho, em 2016.	7
Quadro 3: Matriz de Distâncias (Km) lineares entre as sedes dos Concelhos do ACES PL.	9
Quadro 4: Número absoluto de utentes inscritos no ACES-PL, por concelho, em junho de 2022.	10
Quadro 5: Número de efetivos nas diferentes áreas geográficas, por sexo, 2011 e 2021 (anos censitários).	12
Quadro 6: Esperança de vida por idade, na Região de Leiria, no ano 2020.	18
Quadro 7: População empregada por sector de atividade económica, segundo os censos de 2001 e 2011.	21
Quadro 8: Beneficiários do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º), na Região Centro, total do ACES-PL e concelhos do ACES-PL.....	21
Quadro 9: Número de pensionistas (total, da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações)	22
Quadro 10: Taxa de criminalidade (‰) na Região Centro e nos vários concelhos do ACES-PL, entre 2016 e 2020.....	25
Quadro 11: Crimes contra a integridade física (‰) na Região Centro e nos concelhos do ACES-PL, entre 2016 e 2020.	26
Quadro 12: Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l (‰), na Região Centro e ACES-PL.	26
Quadro 13: Proporção (%) de nascimentos em mulheres com idade inferior a 20 anos, na Região Centro e no ACES-PL, 2017-2021.	32
Quadro 14: Proporção de nascimentos em mulheres com idade superior ou igual a 35 anos nos vários concelhos do ACES-PL e na Região Centro, entre 2017 e 2021.	33
Quadro 15: Nº de óbitos por grandes grupos de causas de morte, em homens, no ACES-PL, por faixa etária, 2018-2020.	41
Quadro 16: Nº de óbitos por grandes grupos de causas de morte, em mulheres, no ACES-PL, por faixa etária, 2018-2020.	42
Quadro 17: Número de DNO no ACES-PL, 2019-2021.	44

Introdução

No setor da saúde, a informação é um recurso estratégico. Para uma unidade de saúde, a gestão da informação é uma atividade crítica do seu desempenho, sendo a produção de informação/conhecimento uma das etapas fundamentais à concretização do diagnóstico de situação de saúde. Esta é umas das etapas do processo do planeamento em saúde, e deve ser a referência a partir do qual se fundamentam as intervenções em saúde, com base nos problemas prioritários de saúde identificados.

De acordo com o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde presente no Decreto-Lei n.º 52/2022, compete aos serviços de saúde pública promover a saúde, prevenir a doença e prolongar a vida saudável da população, atuando na preparação e resposta a emergências de saúde pública, em articulação com a saúde alimentar, ambiental e animal. Estas competências são desenvolvidas mediante: a utilização de instrumentos de avaliação e monitorização do estado de saúde; a investigação dos determinantes que influenciam o mesmo; a caracterização dos recursos disponíveis; a vigilância de eventos relacionados com a saúde que afetam as comunidades; a formulação de intervenções que potenciam e protegem a saúde dos cidadãos, através de, entre outras ações, promoção da saúde dirigida à comunidade, como foco nos seus determinantes.

No ano de 2020, esteve ainda em vigor o Plano Nacional de Saúde (PNS) 2012-2016 - Extensão a 2020, que define como grandes metas a redução, para menos de 20%, da taxa de mortalidade prematura (abaixo dos 70 anos), o aumento em 30% da esperança de vida saudável aos 65 anos de idade e ainda a redução dos fatores de risco relacionados com as doenças não transmissíveis, nomeadamente o consumo e exposição ao fumo do tabaco e a obesidade infantil.

Em 2021, foi publicado o PNS 2021-2030, que, pela primeira vez, tem uma década como horizonte temporal. Reforça o compromisso com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, focando a partilha da informação e do conhecimento, a participação e o compromisso como elementos fundamentais à necessária colaboração multisectorial. Apresenta uma nova tipologia de problemas de saúde, mais abrangente e inclusiva, para uma abordagem integrada. Além das recomendações para a sua implementação, oferece também quatro linhas de orientação estratégica para a abordagem da seleção das estratégias de intervenção: “Promover saúde”, “Manter ou reforçar as estratégias que funcionam”, “Recuperar e melhorar o acesso e a intervenção em saúde” e “Preparar e antecipar o futuro”.

2020 ficou marcado pela pandemia da COVID-19, uma situação disruptiva que afetou todos os setores da sociedade, não só a Saúde, mas também a Educação e, inevitavelmente, a Economia.

Durante esta fase, assistiu-se na Saúde à centralização dos recursos na prestação direta e indireta de cuidados de saúde a doentes COVID-19, o que implicou uma quebra da atividade assistencial noutras vertentes, nomeadamente na realização dos programas de rastreio. O impacto desta opção, no estado de saúde das populações, apenas conseguirá ser totalmente quantificado num futuro mais longínquo, pelo que as métricas dos indicadores de saúde presentes neste documento poderão ainda não refletir esse mesmo impacto expectável descrito anteriormente.

Pretende-se, com o presente documento, fornecer um instrumento para o planeamento em saúde do Pinhal Litoral, encontrando-se organizado em 5 partes, contemplando a caracterização geral do ACES-PL e os indicadores relativos à situação demográfica, socioeconómica, determinantes em saúde e estado de saúde.

CARACTERIZAÇÃO GERAL



Topografia e hidrografia

Caracterização da rede de Acessibilidades do Pinhal Litoral

Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Litoral

População Inscrita

1. Caracterização Geral do Pinhal Litoral (NUT III)

O Pinhal Litoral, segundo a Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), faz parte do Centro do País (NUT II) e integra a Sub-Região de Leiria (NUT III). Integra a área territorial dos concelhos de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós.

A NUTS representa as sub-regiões estatísticas em que se divide o território português, e serve de suporte à recolha, organização e difusão de informação estatística. É composta por três níveis distintos de desagregação territorial (NUT I, NUT II e NUT III), sendo que o segundo e o terceiro níveis são respetivamente subdivisões do primeiro e segundo níveis.

Em Portugal a NUTS foi instituída pela primeira vez através da Resolução de Conselho de Ministros nº 34/86, na sequência da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia. Desde então, a organização territorial de acordo com a NUTS tem sido alvo de sucessivas alterações, através de legislação nacional. A mais recente reorganização foi instituída pelo Regulamento (UE) nº 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, e compreende alterações nas NUTS de nível III, que passaram a ter limites territoriais no Continente, coincidentes com os limites das Comunidades Intermunicipais, definidas na Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro (Figura 1).

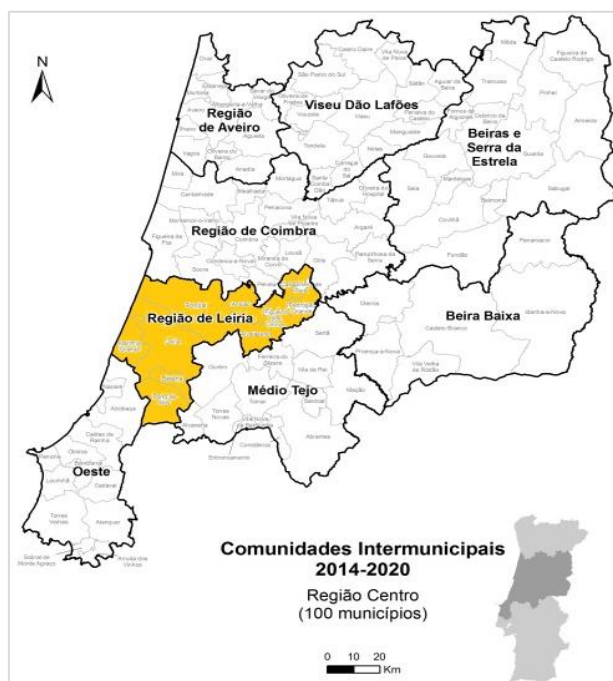


Figura 1: Enquadramento da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.

Fonte: CCDR, 2016.

Ao abrigo da referida Lei, a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria veio suceder à Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral (CIMPL) e passou a integrar, para além dos 5 municípios que já compunham a CIMPL (Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós), 5 novos municípios, que anteriormente integravam a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte (Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande). Relativamente à localização, o território do Pinhal Litoral situa-se na faixa litoral e no sudoeste da Região Centro. Está delimitado, a Norte pelo ACES Baixo Mondego, a Este pelos ACES Pinhal Interior Norte e Médio Tejo, a Sul pelo ACES Lezíria do Tejo, a Sudoeste pelo ACES Oeste Norte e a Ocidente pelo oceano Atlântico. Compreende cinco concelhos (Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós) e ocupa uma área territorial de aproximadamente 1 743,7 Km², cerca de 8,7% da área da Região Centro (Figura 2).

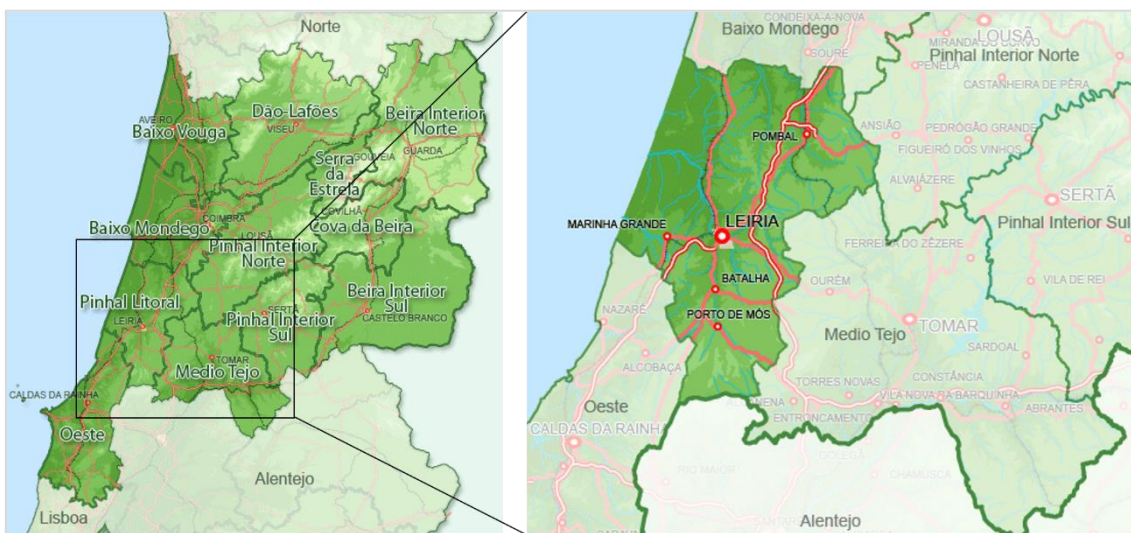


Figura 2: Localização e Área Geográfica do ACES Pinhal Litoral.
 Fonte: Adaptado de <https://bit.ly/3s2fcA3>.

Pela leitura do Quadro 1, o município com maior área geográfica é Pombal, o qual ocupa 25,6% da superfície territorial da Região de Leiria, sendo a Batalha o concelho com menor área geográfica da Região.

Administrativamente, o Pinhal Litoral encontra-se estruturado em 3 cidades estatísticas, 48 freguesias e 13 vilas, o que representa 7% das cidades a nível NUT II (Centro), 5% das freguesias e 7% das vilas. Relativamente à Região de Leiria, o Pinhal Litoral contribui com 72% das freguesias, 68% das vilas e 100% das cidades estatísticas.

Quadro 1: Superfície (Km²) Territorial, nº de Cidades Estatísticas, nº de Freguesias e nº de Vilas, por Localização Geográfica, em 2017.

Localização geográfica	Área (km ²) das unidades territoriais	Nº Cidades estatísticas	Nº de Freguesias	Nº de Vilas
Centro	28 199,35	43	972	194
Região de Leiria	2 449,1	3	67	19
Pinhal Litoral	1 743,59	3	48	13
Batalha	103,42	0	4	2
Leiria	565,09	1	18	5
Marinha Grande	187,25	1	3	1
Pombal	626,0	1	13	2
Porto de Mós	261,83	0	10	3

Fonte: Datacentro, 2017.

No âmbito da classificação das freguesias que compõem os concelhos do Pinhal Litoral, verifica-se que o Concelho de Pombal é predominantemente rural, em contraste com o concelho de Leiria que é predominantemente urbano (Figura 3).

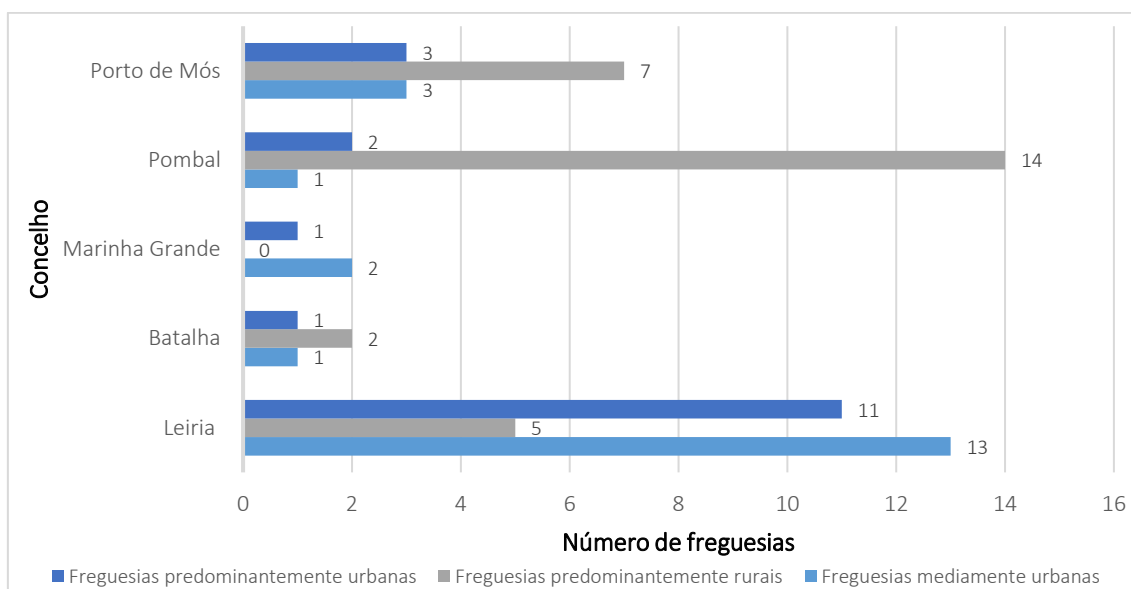


Figura 3: Freguesias (nº) do Pinhal Litoral segundo a tipologia de áreas urbanas.

Fonte: Datacentro, 2017.

1.1 Topografia e hidrografia

A Região do Pinhal Litoral possui uma grande diversidade paisagística. A sul, integra parte do Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros, na área do concelho de Porto de Mós, e a Norte faz parte do território a Serra de Sicó, no concelho de Pombal. Estas duas serras, pelo seu valor ecológico e importância no equilíbrio e preservação ambiental, fazem parte da Rede Natura 2000.

A Ocidente do território, em contraste com um interior montanhoso, destaca-se a zona costeira e a presença do Pinhal de Leiria, muito afetado pelos incêndios em Outubro de 2017, que provocaram uma redução de área florestal de cerca de 90%.

O território do Pinhal Litoral tem uma orografia dominada por relevos pouco acentuados, com extensas áreas planas, à exceção da zona do Maciço Calcário Estremenho, que se apresenta como a entidade geomorfológica mais importante da Região de Leiria (Figura 4).

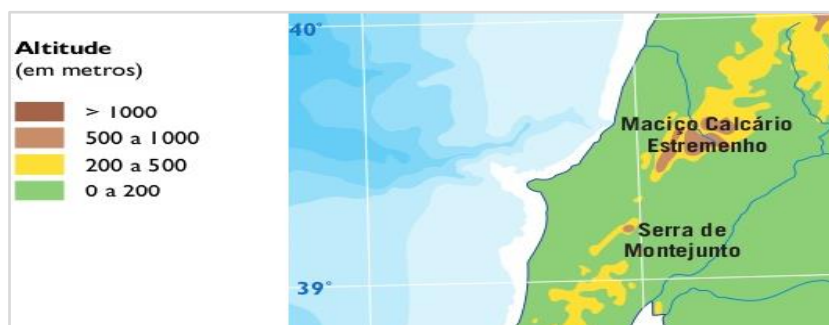


Figura 4: Relevo do território do Pinhal Litoral.
Fonte: SNIRH, 2015.

O ponto mais alto situa-se no concelho de Porto de Mós, atingindo 615 m, e o concelho com uma altitude máxima mais baixa é a Marinha Grande, chegando apenas aos 165 m (Quadro 2).

Quadro 2: Área, perímetro, extensão máxima e altimetria, por Concelho, em 2016.

	Área Km ²	Perímetro Km	Comprimento máximo		Altitude	
			Norte-Sul Km	Este-Oeste Km	Máxima m	Mínima m
Portugal	92 212,02	3 905	1 345	2 258	2 351	0
Centro	28 199,40	1 322	235	234	1 993	0
Pinhal Litoral	1 743,59	258	64	49	615	0
Batalha	103,42	64	16	17	521	50
Leiria	565,09	158	37	29	404	0
Marinha Grande	187,25	74	22	15	165	0
Pombal	626	135	30	39	559	0
Porto de Mós	261,83	97	21	21	615	50

Fonte: CIMRL, 2016.

Relativamente ao clima, o território do Pinhal Litoral encontra-se na denominada província climática “Atlântica Média”. A temperatura média do ar é muito semelhante nas três estações meteorológicas e, segundo o sistema de classificação clássico, o clima é temperado (Verões mais ou menos quentes e secos e Invernos suaves e chuvosos). Quanto ao valor médio da quantidade anual da precipitação, o clima pode considerar-se moderadamente chuvoso. As precipitações acumuladas no Verão e no Inverno revelam características de secura e de humidade típicas dos climas mediterrâneos.

Quanto à hidrologia, o ACES Pinhal Litoral está inserido, quase na sua totalidade, na bacia hidrográfica do rio Lis, alimentada pelos rios Lis e Lena e por todos os seus afluentes, e na bacia hidrográfica do rio Mondego, particularmente o concelho de Pombal (Figura 5).

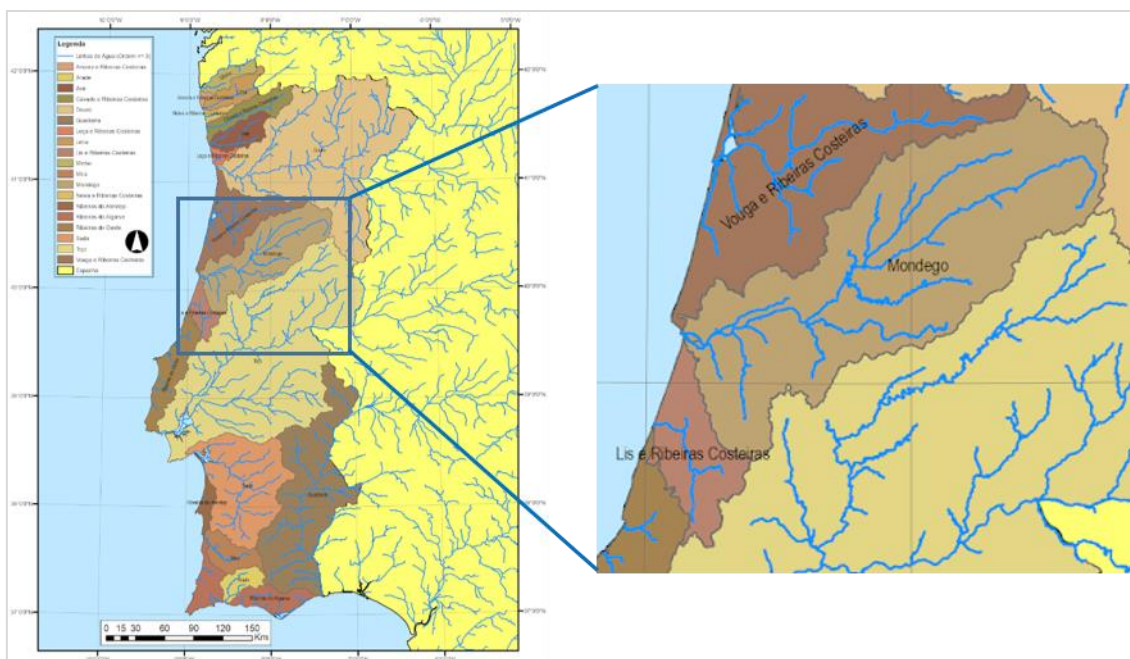


Figura 5: Bacias Hidrográficas de Portugal Continental. Pormenor das Bacias do Rio Lis e do Rio Mondego.

Fonte: Adaptado de <https://bit.ly/3D5DzTL>.

A rede hidrográfica da bacia do Lis divide-se em 3 zonas distintas. A zona mais a jusante, que vai desde a costa até próximo de Monte Redondo, caracteriza-se por uma fraca densidade de drenagem e pelo fraco declive longitudinal dos cursos de água. Por este motivo, o escoamento faz-se com alguma dificuldade e a drenagem da água é bastante incompleta, o que obrigou à construção de infraestruturas de defesa contra cheias. Na zona central da bacia, a densidade de drenagem é mais elevada, facilitando o escoamento de águas e de efluentes. A zona de montante corresponde ao percurso no Maciço Calcário Estremenho e apresenta uma drenagem essencialmente hipogea, através de galerias, dando origem, no seu rebordo, às nascentes do rio Lis e Lena. A forte presença da água foi desde sempre um fator determinante para a ocupação desta Região, uma vez que, sendo uma garantia de fertilidade, permitia a prática agrícola (CIMRL, 2013).

1.2 Caracterização da rede de Acessibilidades do Pinhal Litoral

O quadro atual dos diversos sistemas de acessibilidade e transporte conferem ao Pinhal Litoral um posicionamento geoestratégico favorável, com os principais eixos rodovias e ferroviários nacionais aqui instalados (Figura 6), pese embora algumas assimetrias intrarregionais, sendo de destacar possíveis condicionalismos físicos impostos pelo Maciço Calcário Estremenho no sector meridional da sub-Região, em particular, no Município de Porto de Mós. Globalmente, o bom nível de serviço rodoviário resulta do atravessamento por diversos Itinerários Principais e Complementares: IP 1/A1; IC 1/A8; IC 1/A17, IC 2/EN 1; IC 8; IC 9, IC 32 e IC 36, a que se juntam

algumas vias complementares (Estradas Regionais e Nacionais) que têm uma importância significativa na mobilidade intrarregional, como é o caso da ER 356 e da EN 109. A rede ferroviária é constituída por duas linhas de atravessamento Norte-Sul: a Linha do Norte e a Linha do Oeste. Enquanto a Linha do Norte tem sido objeto de processo de modernização, o mesmo não tem sucedido na Linha do Oeste.

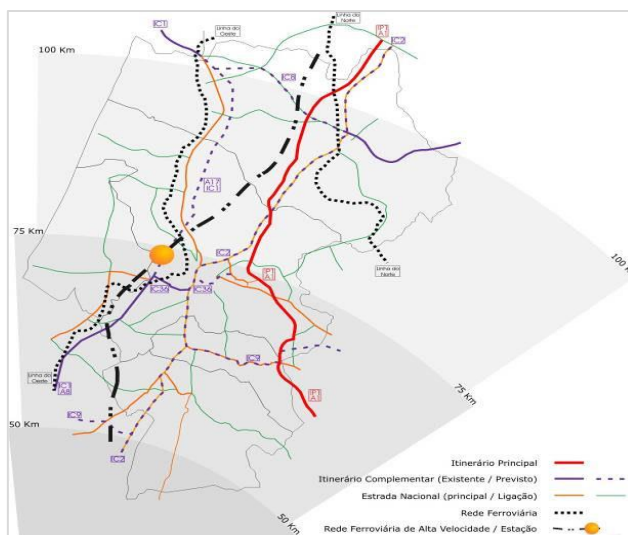


Figura 6: Rede de Acessibilidades do Pinhal Litoral.

Fonte: Associação de Municípios do Pinhal Litoral, 2013.

O ACES-PL tem a sua sede na cidade de Leiria. O concelho de Pombal é o que se encontra mais distante da sede, a aproximadamente 26 km (Quadro 3).

Quadro 3: Matriz de Distâncias (Km) lineares entre as sedes dos Concelhos do ACES PL.

	Leiria	Marinha Grande	Batalha	Porto de Mós	Pombal
Leiria		10	10	16	24
Marinha Grande	10		14	19	32
Batalha	10	14		6	33
Porto de Mós	16	19	6		38
Pombal	24	32	33	38	

Fonte: Google Maps, 2022.

1.3 Agrupamento de Centros de Saúde – Pinhal Litoral

A principal missão do ACES Pinhal Litoral é garantir a prestação de Cuidados de Saúde Primários à população da área geodemográfica do Pinhal Litoral (Portaria 394-A/2012 de 29 de novembro). Tem a sua sede na cidade de Leiria e integra os concelhos da Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós. É composto pelos Centros de Saúde destes concelhos e respetivas Extensões de Saúde, estando descentralizado em várias unidades funcionais, cuja estrutura formal atual se encontra representada pela **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**

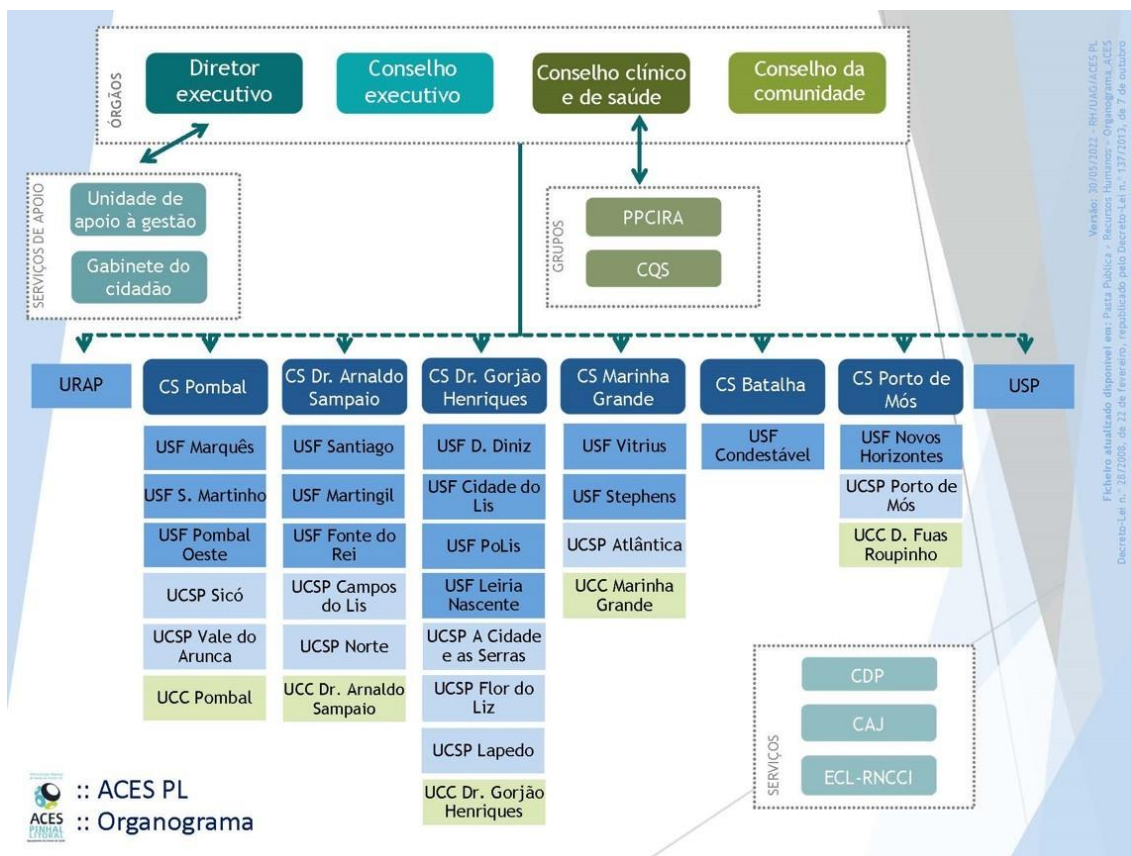


Figura 7: Organograma funcional do ACES-PL.
Fonte: ACES Pinhal Litoral, 2022.

1.3.1 População Inscrita

O Quadro 4 contabiliza a população inscrita no ACES-PL, perfazendo um total de 294164 utentes, em junho de 2022.

Na sua análise, constatamos que a proporção de utentes inscritos sem médico de família atribuído era de 20,3%.

Do total de inscritos, 94,6% correspondem a utentes que procuraram os cuidados de saúde primários do ACES-PL, pelo menos uma vez, nos últimos 3 anos, ou seja, aproximadamente por cada 100 utentes frequentadores existiam 6 utentes não-frequentadores.

Do total de frequentadores, 15,9% não tinham médico de família atribuído.

Quadro 4: Número absoluto de utentes inscritos no ACES-PL, por concelho, em junho de 2022.

Concelho	Utentes c/médico		Utentes s/médico	
	Frequentadores ¹	N/Frequentadores	Frequentadores ¹	N/Frequentadores
Batalha	14212	0	1 667	740
Leiria	123527	239	17517	6756
Marinha Grande	34924	17	5464	2381
Pombal	39301	6	15642	4355
Porto de Mós	22026	62	3951	1377
ACES-PL	233990	324	44241	15609

Fonte: SIARS.

¹ utentes que têm, pelo menos, um contacto com qualquer unidade funcional dos cuidados de saúde primários, há menos de 3 anos.

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA



- Evolução da população residente (Censos)
- Pirâmide etária
- Índice de envelhecimento
- Índice de dependência de jovens
- Índice de dependência idosos
- Número de nados vivos
- Taxa bruta de natalidade
- Índice sintético de fecundidade
- Esperança de vida à nascença

2. situação demográfica

A caracterização demográfica de uma população permite analisar a sua tendência, nomeadamente no que diz respeito ao seu crescimento, envelhecimento e mobilidade. Quando efetuada em simultâneo com indicadores demográficos permite avaliar as necessidades em saúde de uma população, servindo de suporte ao planeamento de intervenções.

2.1 Evolução da população residente (Censos)

De acordo com os censos populacionais para o ano 2021, o Pinhal Litoral tinha uma população residente de 257579 indivíduos (Figura 8), o que representa uma contração de 1,3% relativamente aos censos para o ano 2011.

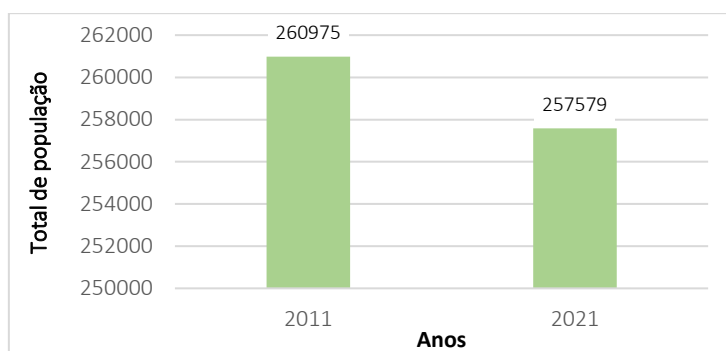


Figura 8: Número de efetivos no ACES-PL, 2011 e 2021 (anos censitários).

Fonte: INE, 2022.

Relativamente à distribuição por concelho, em 2021, 49,9% dos habitantes estão concentrados no município de Leiria, enquanto que o município da Batalha representa a menor proporção, com 6% do total. Destaca-se ainda que durante o período em estudo, os concelhos de Leiria e Marinha Grande apresentaram uma variação positiva da sua população, tendo sido o concelho de Pombal a apresentar uma variação negativa percentual mais significativa (-7,4%).

Relativamente à distribuição por sexo, observou-se um crescimento populacional ligeiro no sexo feminino, observando-se praticamente uma estagnação da população do sexo masculino, com um crescimento de apenas 0,02% (Quadro 5).

Quadro 5: Número de efetivos nas diferentes áreas geográficas, por sexo, 2011 e 2021 (anos censitários).

	2011			2021		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Centro	2327755	1111263	1216492	2227567	1060783	1166784
Região de Leiria	294629	141730	152899	286792	137695	149097
Batalha	15805	7648	8157	15558	7534	8024
Leiria	126884	61310	65574	128616	61868	66748
Marinha Grande	38699	18634	20065	39032	18844	20188
Pombal	55245	26432	28813	51170	24371	26799
Porto de Mós	24342	11864	12478	23203	11273	11930
ACES-PL	260975	125888	135087	257579	123890	133689

Fonte: INE, 2022.

2.2 Pirâmide etária

A pirâmide etária na área de abrangência do ACES-PL, segundo as estimativas da população residente para o ano 2020 (Figura 9), demonstra uma base estreita e um centro e topo alargado, refletindo uma população envelhecida, com uma reduzida renovação de gerações.

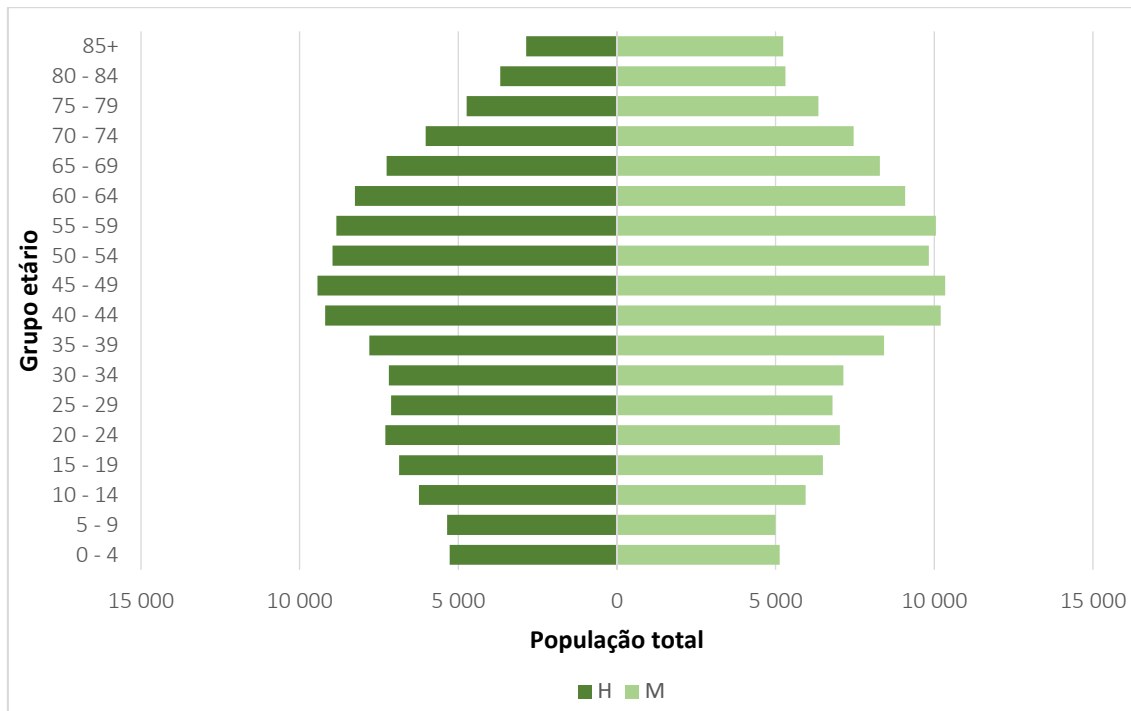


Figura 9: Pirâmide etária da população residente no ACES-PL no ano 2020.

Fonte: INE, 2022.

Observação: utilizadas estimativas da população residente devido à indisponibilidade de dados desagregados por faixas etárias para o ano censitário de 2021 (à data de elaboração do presente documento).

2.3 Índice de envelhecimento

Índice de envelhecimento: Relação entre o número de indivíduos com 65 ou mais anos que existem por cada 100 indivíduos com menos de 15 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que jovens.

Da análise efetuada à Figura 10, constata-se um aumento do Índice de Envelhecimento em todos os concelhos do ACES-PL no período 2016-2020. À exceção de Pombal, todos apresentam valores inferiores aos da Região Centro, destacando-se o concelho de Leiria como o que apresenta melhores valores neste indicador.

Salienta-se ainda que apenas os concelhos de Leiria e Batalha apresentam tendências de crescimento ($\approx 4,61$ e $4,63$ ao ano, respetivamente) ligeiramente inferiores às observadas na Região Centro ($\approx 4,88$ ao ano), com os restantes concelhos a apresentarem tendências de crescimento superiores à verificada na Região Centro.

Mantendo-se as tendências verificadas nos últimos anos, as projeções indicam, por exemplo, que em 2030 o concelho de Pombal terá aproximadamente 279 indivíduos com 65 ou mais anos por cada 100 indivíduos com menos de 15 anos.

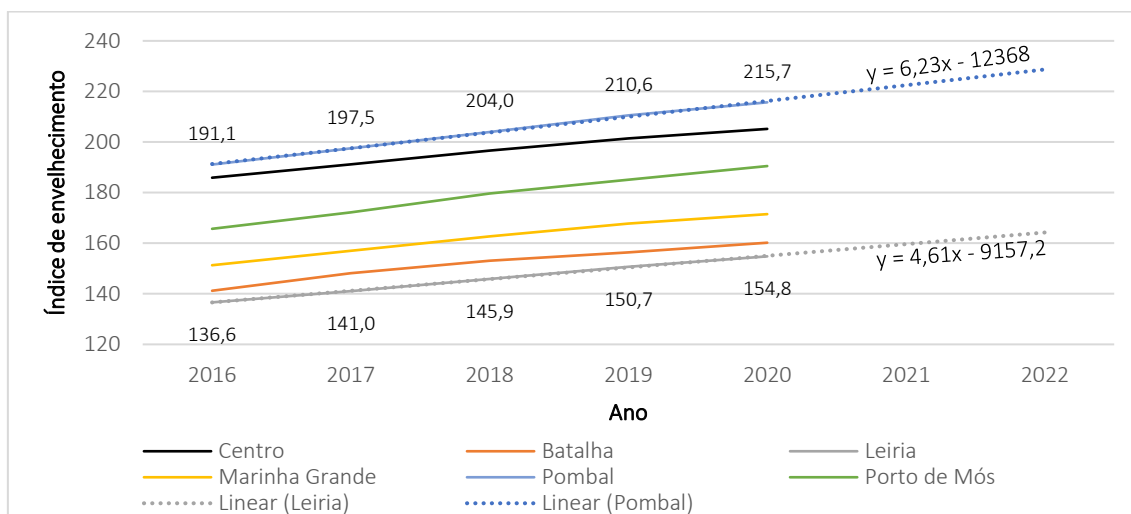


Figura 10: Índice de envelhecimento na Região Centro e no ACES-PL, 2016-2020, com as respetivas tendências e projeções a 2 anos para os concelhos com valores extremos, baseadas numa regressão linear (em que x=ano civil pretendido).

Fonte: PORDATA, 2022.

2.4 Índice de dependência de jovens

Índice de dependência de jovens: Número de menores de 15 anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com 15 a 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos jovens do que pessoas em idade ativa.

A análise da evolução do índice de dependência de jovens nos concelhos do ACES-PL (Figura 11) mostra uma tendência decrescente ao longo dos anos analisados, acompanhando a tendência observada para a Região Centro. Note-se que em 2020 o ACES-PL já apresentava dois concelhos com um valor inferior ao observado na Região Centro.

Ainda com base nas tendências atuais, os concelhos de Pombal e Porto de Mós são os que apresentam uma diminuição mais acentuada deste índice, com uma redução média de 0,35 e de 0,37, por cada ano, respetivamente. O concelho de Leiria apresenta a tendência menos acentuada de diminuição, com uma redução de 0,12 por ano.

Se a tendência verificada nos últimos anos não se alterar, as projeções indicam, por exemplo, que em 2030 o concelho de Pombal terá apenas aproximadamente 15 indivíduos com menos de 15 anos por cada por cada 100 pessoas em idade ativa.

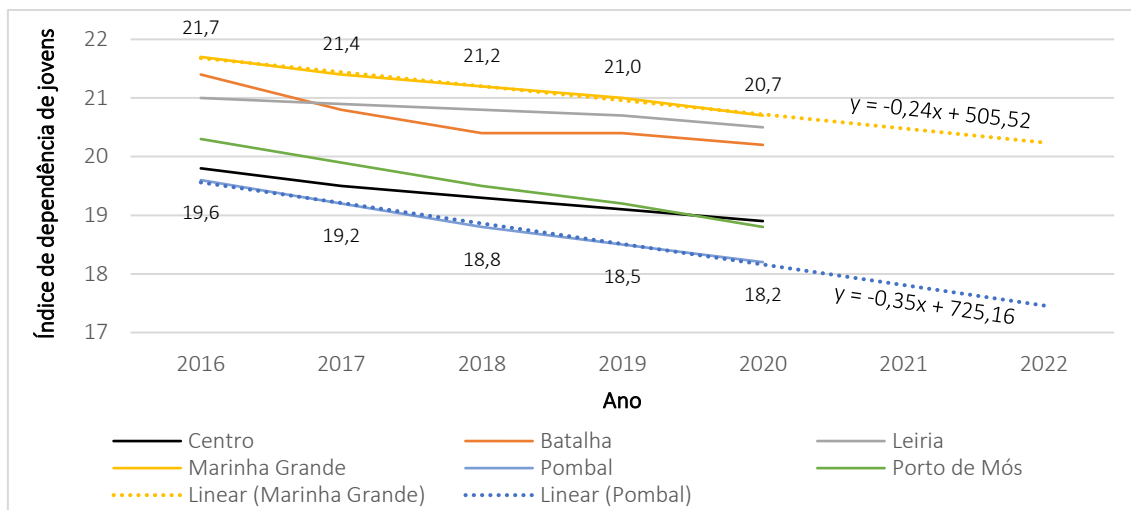


Figura 11: Índice de dependência de jovens na Região Centro e no ACES-PL, 2016-2020 e respetivas tendências e projeções a 2 anos para os concelhos com valores extremos, baseadas numa regressão linear (em que x=ano civil pretendido).

Fonte: PORDATA, 2022.

2.5 Índice de dependência idosos

Índice de dependência de idosos: Número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com 15 a 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que pessoas em idade ativa.

Apesar da maioria dos concelhos do ACES-PL apresentarem valores do índice de dependência de idosos entre 2016 e 2020 inferiores aos observados para a Região Centro, a Figura 12 revela uma tendência de crescimento generalizada em todos os concelhos.

Destaca-se o concelho de Leiria com um crescimento médio anual de 0,78, consideravelmente superior à tendência de crescimento observada para a Região Centro ($\approx 0,51$ pontos ao ano). Mantendo-se as tendências atuais, as projeções apontam para que Leiria ultrapasse o valor da Região Centro por volta do ano 2046.

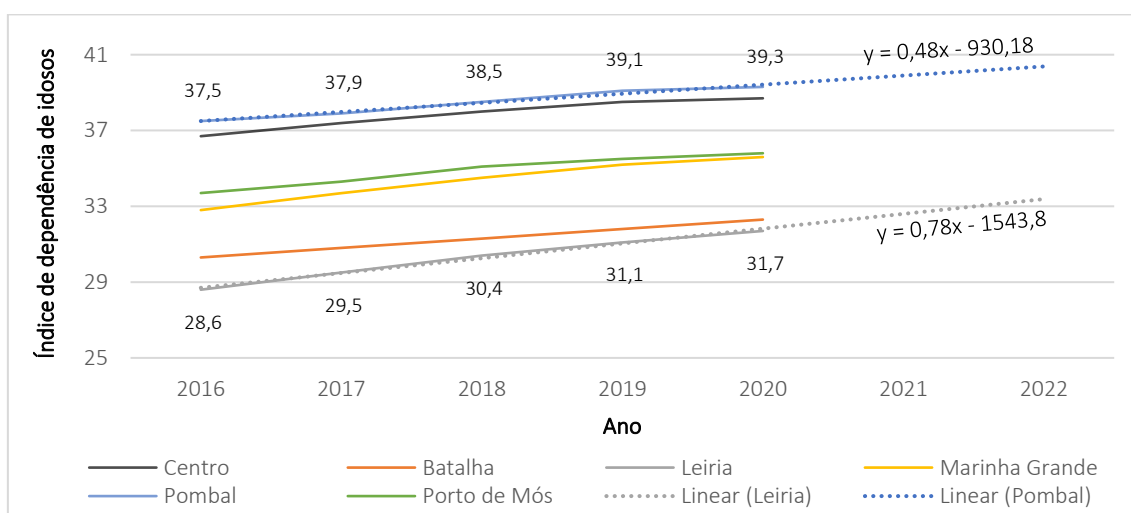


Figura 12: Índice de dependência de idosos na Região Centro e no ACES-PL, 2016-2020 e respetivas tendências e projeções a 2 anos para os concelhos com valores extremos, baseadas numa regressão linear (em que x=ano civil pretendido).

Fonte: PORDATA, 2022.

2.6 Número de nados vivos

Nado-vivo: criança que nasce com vida, independentemente da duração da gravidez.

A evolução do número total de nados vivos no ACES-PL entre 2016 e 2020 (Figura 13) mostra uma tendência ligeiramente negativa na evolução deste indicador, com uma diminuição média de aproximadamente 7 nados vivos por ano.

A Região Centro tem registado igualmente uma tendência negativa no número de nados vivos, com uma diminuição média de aproximadamente 108 nados vivos por ano.

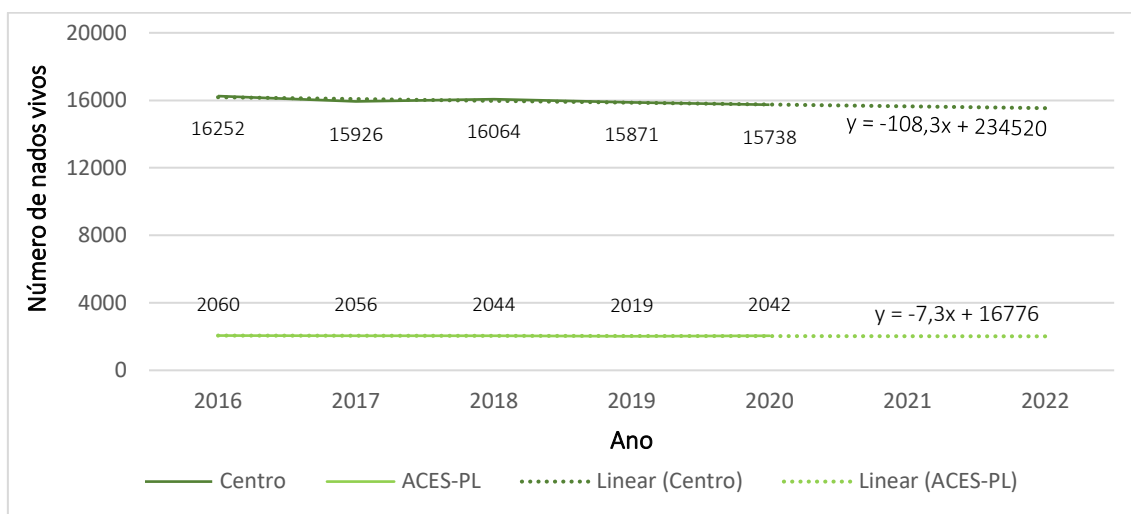


Figura 13: Número de nados vivos na Região Centro e no ACES-PL, 2016-2020 e respetivas tendências e projeções a 2 anos, baseadas numa regressão linear (em que x=ano civil pretendido).

Fonte: PORDATA, 2022.

2.7 Taxa bruta de natalidade

Taxa Bruta de Natalidade: Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 (10^3) habitantes).

Como observado na Figura 14, a taxa bruta de natalidade no ACES-PL tem-se mantido bastante estável ao longo dos anos estudados (2016-2020), apenas com uma pequena tendência decrescente, em linha com o observado da Região Centro.

Contudo, apesar da tendência semelhante à observada para a Região Centro, os valores registados no ACES-PL são consistentemente superiores aos observados para a Região Centro, diferença esta que se manterá nos próximos anos, com base nas projeções realizadas e mantendo-se a tendência observada dos anos estudados.

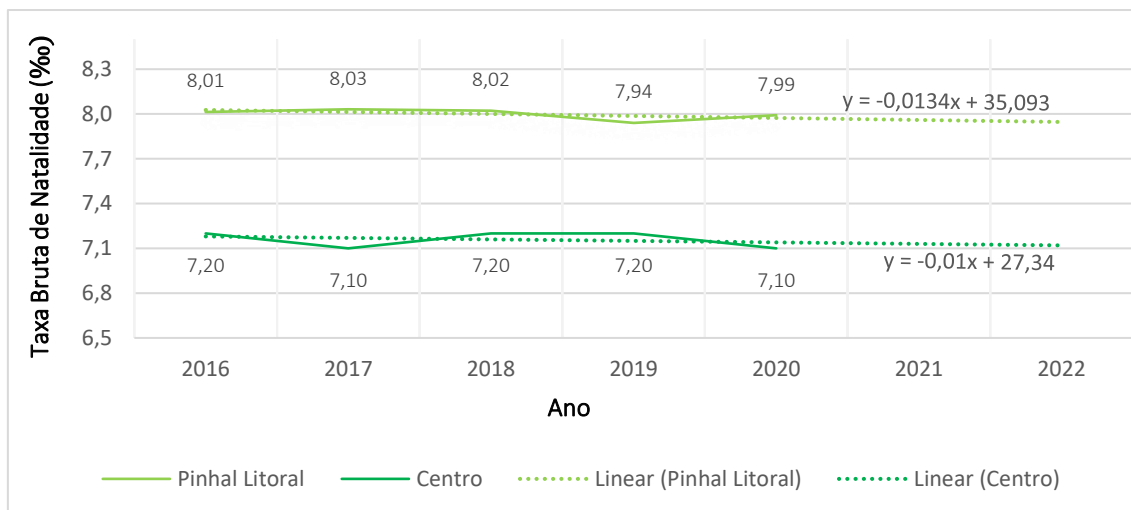


Figura 14: Taxa bruta de natalidade na Região Centro e no ACES-PL, 2016-2020 e respetivas tendências e projeções a 2 anos, baseadas numa regressão linear (em que x=ano civil pretendido).

Fonte: PORDATA, 2022.

2.8 Índice sintético de fecundidade

Índice Sintético de Fecundidade: Número médio de crianças nascidas por cada mulher em idade fértil, ou seja, entre os 15 e os 49 anos de idade.

A evolução do índice sintético de fecundidade entre 2016 e 2020, apresentado na Figura 15, revela alguma oscilação anual nos vários concelhos do ACES-PL, contudo, permanecendo consistentemente abaixo do limiar da substituição de gerações (nível que equivale a 2,1 filhos por mulher, mantendo-se os atuais níveis de mortalidade).

Analisando as tendências do período estudado, constata-se que todos os concelhos do ACES-PL apresentam uma tendência crescente deste indicador, com a exceção do concelho de Porto de Mós, que apresenta uma tendência ligeiramente negativa e que deverá ser acompanhada e revista nos próximos anos, pela considerável oscilação de valores observados ao longo do período em análise.

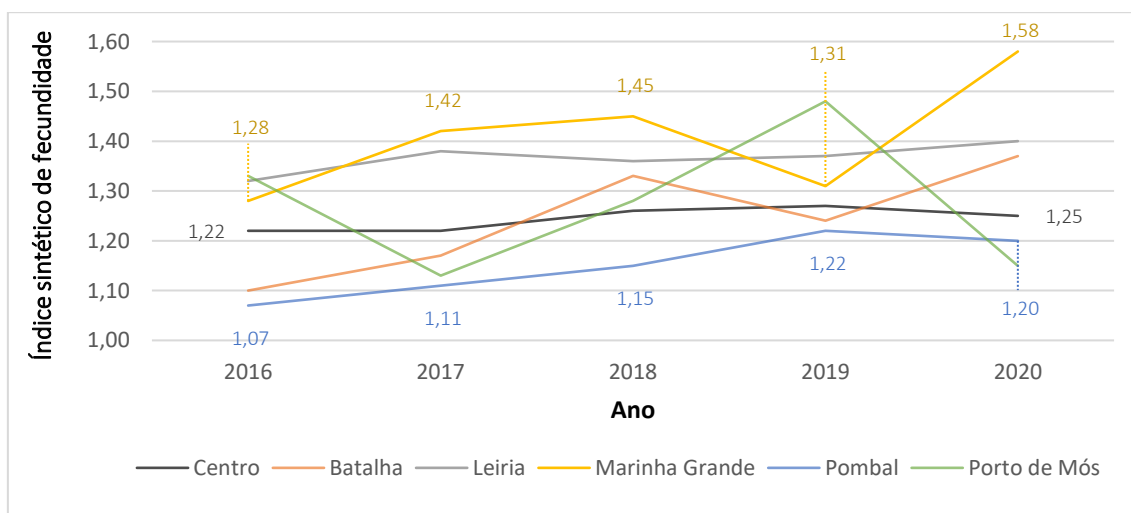


Figura 15: Índice Sintético de Fecundidade entre 2016 e 2020, na Região Centro e nos concelhos do ACES-PL.

Fonte: PORDATA, 2022.

2.9 Esperança de vida à nascença

Esperança de vida à nascença: Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento de referência.

Por indisponibilidade de dados desagregados ao nível do concelho, simultaneamente para a população residente e da mortalidade quinquenal, apenas foi possível estimar a esperança de vida ao nível da Região de Leiria¹ e não ao nível do ACES-PL.

Pelo Quadro 6 verificamos que a esperança média de vida à nascença na Região de Leiria situa-se acima da média nacional para o triénio 2019-2021 (82,6 e 80,7, respetivamente).

Quadro 6: Esperança de vida por idade, na Região de Leiria, no ano 2020.

Idade																		
0	1	5	10	15	20	25	30	35	40	45	50	55	60	65	70	75	80	85
82,6	81,8	77,9	72,9	68,0	63,0	58,1	53,2	48,4	43,6	38,9	34,2	29,7	25,3	21,1	17,0	13,1	9,7	7,0
Esperança de vida																		

Fonte: INE, 2022.

¹ A Região de Leiria é constituída, para além dos 5 concelhos do ACES-PL, pelos concelhos de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande

SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA



Desempregados inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional
Percentagem de população empregada por sector de atividade económica
Beneficiários do rendimento social de inserção da segurança social
Pensionistas da segurança social e da Caixa Geral de Aposentações
Valor médio das pensões da segurança social
Beneficiários de subsídios de desemprego da segurança social
Taxa de criminalidade
Taxa de crimes contra a integridade física
Taxa de condução com alcoolémia superior a 1,2
Percentagem de população por nível de escolaridade mais elevado completo
Taxa de abandono escolar
Taxa de analfabetismo
Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem
Poder de Compra per capita
População servida por abastecimento público de água (%)
População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%)

3. Situação socioeconómica

3.1 Desempregados inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)

A análise da evolução do número de desempregados inscritos no IEFP por 1000 habitantes em idade ativa (Figura 16), revela uma tendência decrescente entre 2017 e 2019, tanto no ACES-PL como na Região Centro, embora com valores consistentemente mais elevados no ACES-PL.

No ano 2020 regista-se uma inversão desta tendência, com um aumento importante do número de desempregados, mas a sua interpretação deverá ter em consideração a pandemia COVID-19. Adicionalmente, a pandemia aparenta ter provocado um efeito mais elevado no ACES-PL do que na média da Região Centro, com uma subida acentuada do ano de 2019 para 2020.

Em 2021, apesar da descida do valor, a diferença entre o valor observado no ACES-PL e a média da Região Centro ainda se apresentava consideravelmente superior à registada antes do início da pandemia COVID-19, pelo que se deve manter o acompanhamento deste indicador.

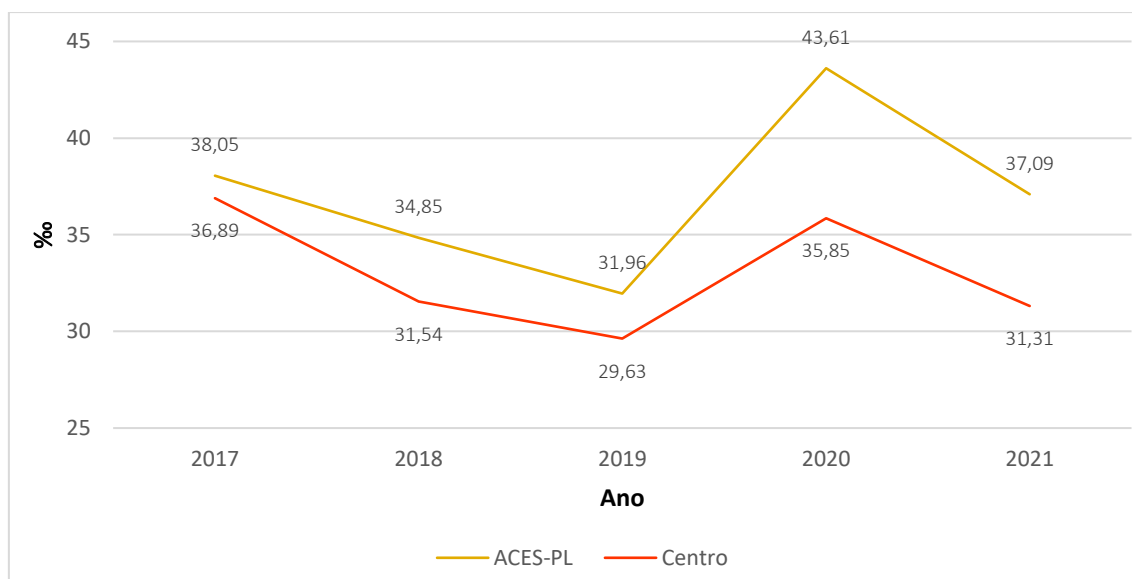


Figura 16: Proporção de desempregados por 1000 habitantes em idade ativa entre 2017 e 2021.

Fonte: IEFP – Nº de desempregados; INE – População em idade ativa.

3.2 População empregada por sector de atividade económica

Com base nos últimos dados disponíveis com uma desagregação ao nível do município (Quadro 7), constata-se que em 2011 já se verificava que a maior proporção da população empregada de todos os concelhos do ACES-PL se encontrava ao nível do setor terciário, alterando a realidade observada em 2001, onde os concelhos da Batalha, Marinha Grande e Porto de Mós tinham a maior proporção da população empregada no setor secundário.

Quadro 7: População empregada por sector de atividade económica, segundo os censos de 2001 e 2011.

Localização geográfica	Primário		Secundário		Terciário	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Centro	68479	35018	383536	282800	554358	622393
Região de Leiria	5338	2643	59915	46862	65652	75159
Batalha	344	145	3446	2902	3251	4104
Leiria	1777	1046	24065	19650	32331	37081
Marinha Grande	129	75	9864	7728	7453	8572
Pombal	1537	693	10582	8328	10794	12409
Porto de Mós	606	272	6101	4472	4886	5727

Fonte: PORDATA, 2022.

3.3 Beneficiários do rendimento social de inserção da segurança social

No Quadro 8 são apresentados os números absolutos de beneficiários do rendimento social de inserção da segurança social para a Região Centro, ACES-PL e respetivos concelhos, observando-se a maior amplitude de variação no concelho da Marinha Grande entre 2016 e 2020, com uma redução de aproximadamente 21,7% de beneficiários do rendimento social de inserção da segurança social.

Quadro 8: Beneficiários do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º), na Região Centro, total do ACES-PL e concelhos do ACES-PL.

	Beneficiários do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º)				
	2016	2017	2018	2019	2020
Centro	43374	43681	42493	39153	38696
ACES-PL	3399	3298	3271	2968	3138
Batalha	91	93	106	89	97
Leiria	1351	1353	1402	1248	1364
Marinha Grande	869	779	719	653	680
Pombal	792	776	783	730	728
Porto de Mós	296	297	261	248	269

Fonte: PORDATA, 2022.

A Figura 17 mostra a evolução da proporção de beneficiários do rendimento social de inserção da segurança social /1000 habitantes da população ativa, revelando que ao longo dos 5 anos analisados verificou-se uma redução de aproximadamente 11% desta proporção na Região Centro e de aproximadamente 5% no ACES-PL. Contudo, a proporção de beneficiários do rendimento social de inserção da segurança social /1000 habitantes da população ativa no ACES-PL tem-se mantido consistentemente abaixo da verificada para a Região Centro.

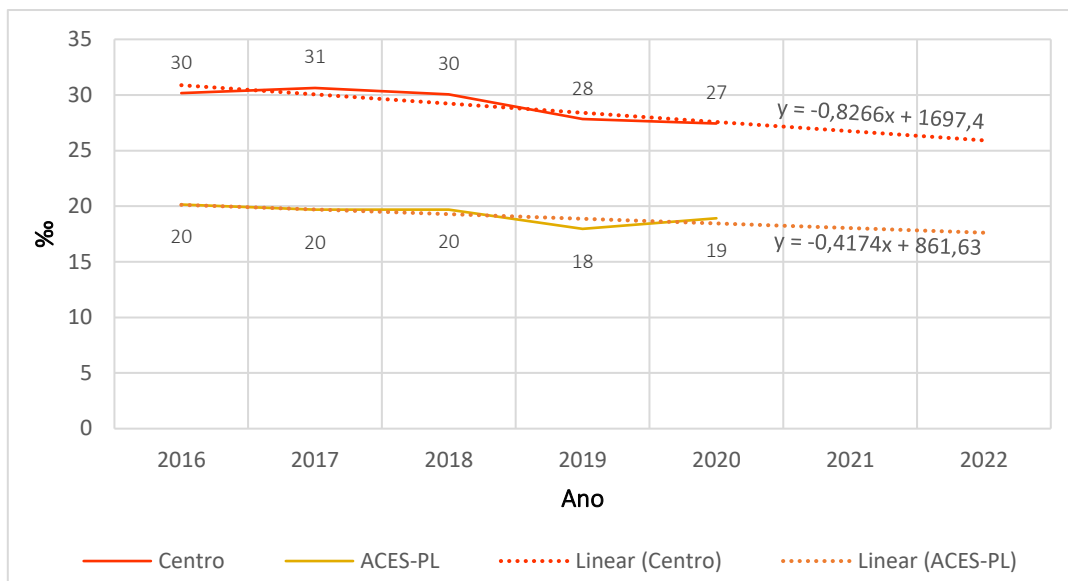


Figura 17: Proporção de residentes a receber RSI por 1000 habitantes em idade ativa e respetivas tendências e projeções a 2 anos, baseadas numa regressão linear (em que x=ano civil pretendido).

Fonte: INE, 2022.

3.4 Pensionistas da segurança social e da caixa geral de aposentações

O número total de pensionistas da segurança social e da caixa geral de aposentações entre 2016 e 2020 (Quadro 9), mostra uma variação relativamente pequena em todos os concelhos do ACES. Constata-se ainda que o total dos concelhos que formam o ACES-PL representavam aproximadamente 10% do total de pensionistas da segurança social e da caixa geral de aposentações de toda a Região Centro.

Quadro 9: Número de pensionistas (total, da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações)

	Número de pensionistas (total, da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações)				
	2016	2017	2018	2019	2020
Centro	834003	828840	810563	816094	818211
ACES-PL	84229	84017	82254	83155	84021
Batalha	4921	4926	4790	4869	4936
Leiria	38700	38774	38144	38667	39234
Marinha Grande	14102	14039	13832	13913	14025
Pombal	17906	17744	17159	17323	17408
Porto de Mós	8600	8534	8329	8383	8418

Fonte: PORDATA, 2022.

A proporção de pensionistas da segurança social e da Caixa Geral de Aposentações /1000 habitantes da população ativa tem-se mantido praticamente constante na Região Centro e superior à verificada no ACES-PL, mas com uma ligeira tendência de aproximação dos valores, com uma diferença de 81 pensionistas da segurança social /1000 habitantes da população ativa em 2016, para uma diferença de 73 em 2020 (Figura 18).

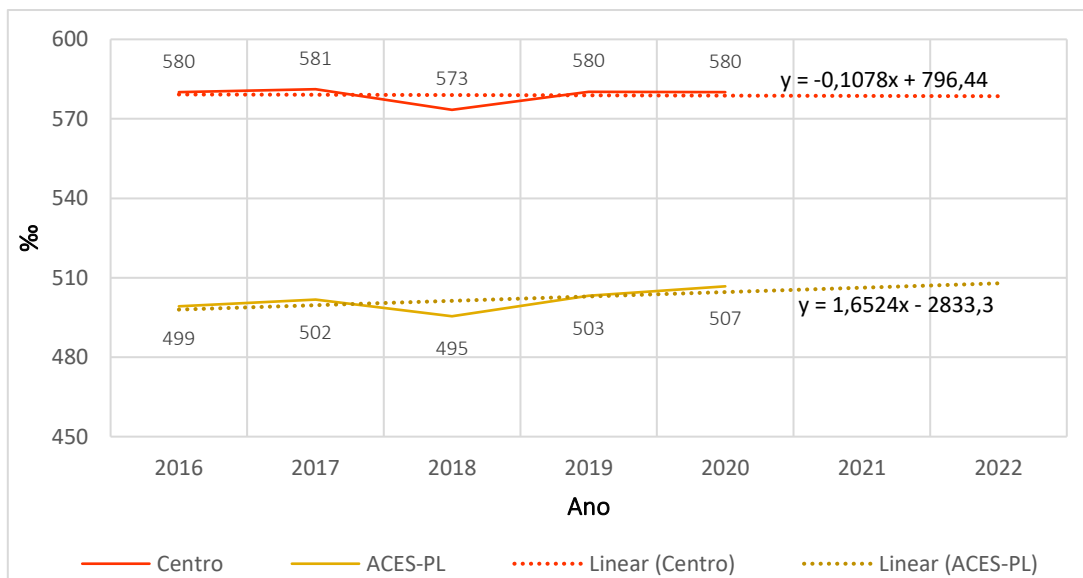


Figura 18: Proporção de pensionistas por 1000 habitantes de população ativa e respetivas tendências e projeções a 2 anos, baseadas numa regressão linear (em que x=ano civil pretendido).

Fonte: PORDATA – Pensionistas; INE – População ativa.

3.5 Valor médio das pensões da segurança social

A análise do valor médio das pensões da segurança social mostra uma tendência de crescimento ao longo dos anos analisados (2016-2020), com o ACES-PL a apresentar valores médios anuais das pensões da segurança social superiores aos valores médios observados na Região Centro e com uma ligeira tendência para um aumento da diferença verificada, com uma diferença de 336€ em 2016, para uma diferença de 408€ em 2020 (Figura 19).

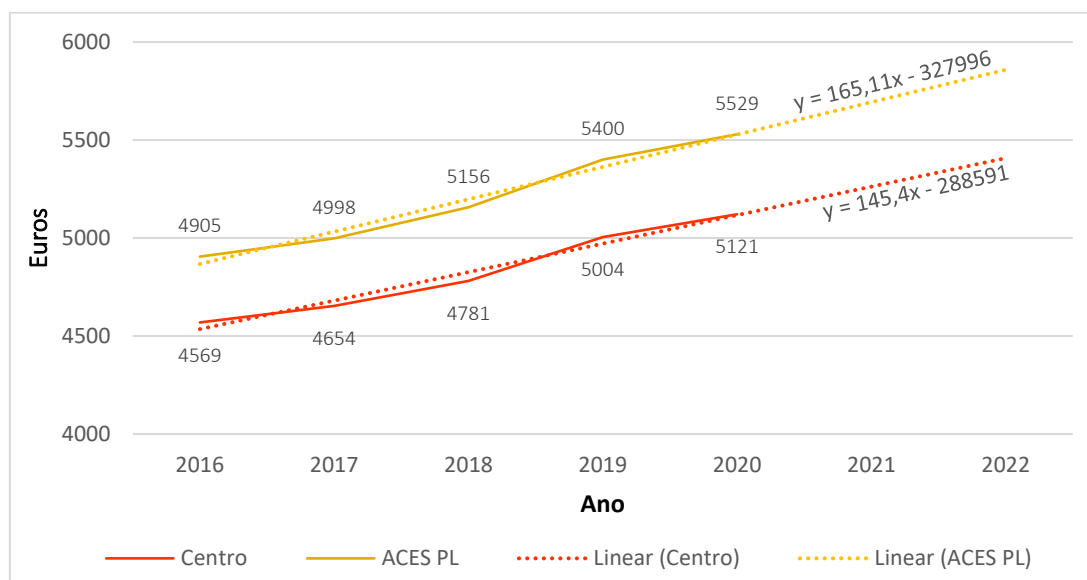


Figura 19: Valor das pensões da Segurança Social (médio anual em euros), entre 2016 e 2020, na Região Centro e no ACES-PL e respetivas tendências e projeções a 2 anos, baseadas numa regressão linear (em que x=ano civil pretendido).

Fonte: INE, 2022.

3.6 Beneficiários de subsídios de desemprego da segurança social

A Figura 20 mostra a evolução do número de beneficiários de subsídios de desemprego da segurança social no ACES-PL entre 2016 e 2020, na qual se observa, em 2020, a inversão da tendência decrescente deste indicador, traduzindo o provável efeito da Pandemia COVID-19.

Importa acompanhar a evolução deste indicador, uma vez que o mesmo está, normalmente, associado a uma quebra de rendimentos, com possíveis efeitos sobre a saúde dessa população.

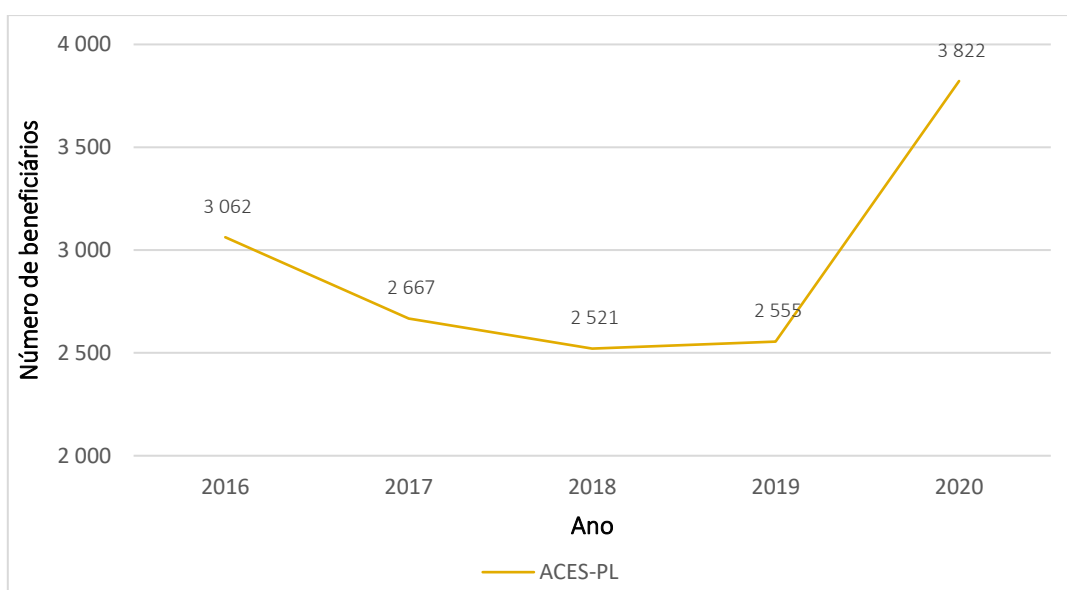


Figura 20: Número de Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social no ACES-PL, entre 2016 e 2020
Fonte: PORDATA, 2022.

O aumento do número de beneficiários de subsídios de desemprego da segurança social no ano 2020, analisado anteriormente, mantém-se mesmo quando é ajustado para o número de habitantes da população ativa, como observado na Figura 21, com a diferença anteriormente observada entre o ACES-PL e a Região Centro a esbater-se consideravelmente.

A evolução deste indicador deve merecer um especial acompanhamento durante os próximos anos, uma vez que a alteração da sua tendência em 2020 estará mais relacionada com a pandemia COVID-19 do que com flutuações na população ativa.

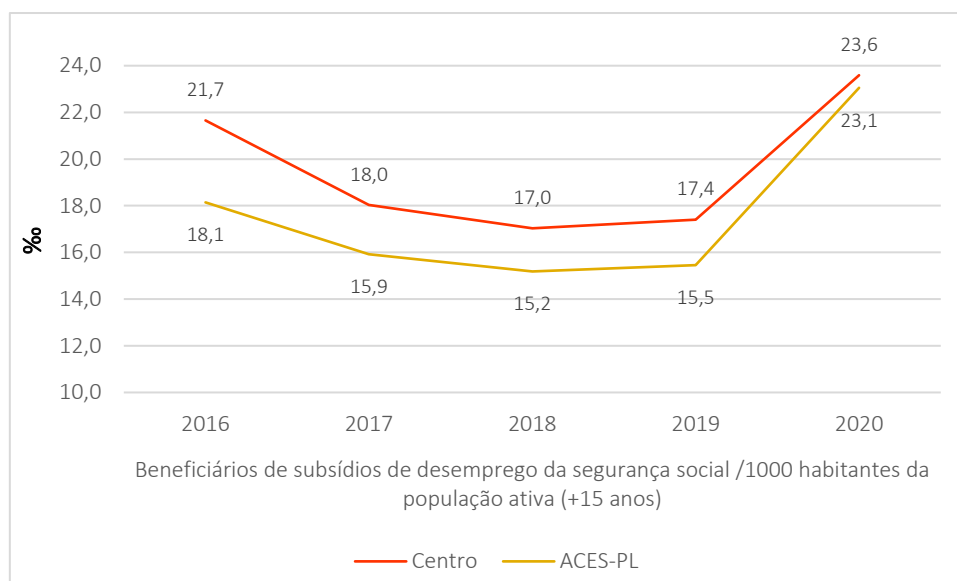


Figura 21: Beneficiários de subsídios de desemprego da segurança social/1000 habitantes da população ativa na Região Centro e no ACES-PL, entre 2016 e 2020.

Fonte: PORDATA – Beneficiários; INE – População ativa.

3.7 Taxa de criminalidade

Taxa de criminalidade: Proporção de crimes na população residente, considerando-se crime todo o facto descrito e declarado passível de pena criminal por lei anterior ao momento da sua prática (expressa em número de crimes por 1000 habitantes).

A análise da evolução da taxa de criminalidade entre 2016 e 2020 (Quadro 10) mostra que este valor se mantém, em praticamente todos os concelhos, abaixo do valor médio registada na Região Centro. Destaca-se o concelho da Marinha Grande (a amarelo) com a taxa de criminalidade mais elevada das regiões comparadas, em todos os anos analisados.

Quadro 10: Taxa de criminalidade (‰) na Região Centro e nos vários concelhos do ACES-PL, entre 2016 e 2020.

Localização geográfica	Taxa de criminalidade (‰)				
	2016	2017	2018	2019	2020
Centro	25.9	26.6	25.5	26.3	23.9
Batalha	23.1	24.6	24.3	23.9	18.5
Leiria	25.2	24.9	25.6	26.1	22.2
Marinha Grande	29.7	32.1	28.4	33.7	33.1
Pombal	18.2	21.7	24.7	26.1	21
Porto de Mós	22.6	20	19.7	28.5	19.8

Fonte: INE, 2022.

3.8 Taxa de crimes contra a integridade física

Se analisarmos apenas a parcela de crimes contra a integridade física, mantém-se a tendência verificada relativamente ao concelho da Marinha Grande (a amarelo), permanecendo o concelho com o maior valor para este tipo de crime e o único concelho do ACES-PL a apresentar um valor superior ao verificado para toda a Região Centro (Quadro 11).

Quadro 11: Crimes contra a integridade física (%) na Região Centro e nos concelhos do ACES-PL, entre 2016 e 2020.

	Crimes contra a integridade física (%)				
	2016	2017	2018	2019	2020
Centro	4,4	4,5	4,4	4,9	4,2
Batalha	2,7	3,5	3,7	3,9	3,2
Leiria	3,5	3,8	3,6	4	3,7
Marinha Grande	6	5,6	5,8	6,9	6,8
Pombal	2,8	2,9	3,1	3,2	2,8
Porto de Mós	3,1	3,5	3	4,6	3,9

Fonte: INE, 2022.

3.9 Taxa de condução com alcoolémia superior a 1,2

A análise especificamente do crime de condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l (Quadro 12), mostra que, com exceção do ano 2016, Pombal (a amarelo) foi o concelho que consistentemente apresentou valores mais elevados deste indicador. Destaca-se ainda que este valor, em 2019, chegou a ser 2,6 vezes superior à per milagem verificada na Região Centro.

Quadro 12: Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l (%), na Região Centro e ACES-PL.

	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l (%)				
	2016	2017	2018	2019	2020
Centro	1,9	1,8	1,8	1,9	1,5
Batalha	1,2	1,8	2	2,4	1,6
Leiria	1,9	1,5	1,5	1,5	0,8
Marinha Grande	1,2	1,3	2	2,4	1,5
Pombal	1,2	1,9	3,5	4,5	2,9
Porto de Mós	1,2	0,9	1,4	3,3	1,3

Fonte: INE, 2022.

3.10 População por nível de escolaridade mais elevado completo

Em relação ao nível de escolaridade da população, segundo os dados dos censos de 2011 (Figura 22), a distribuição da população por nível de escolaridade mais elevado do ACES-PL apresentava-se muito semelhante à verificada para toda a Região Centro.

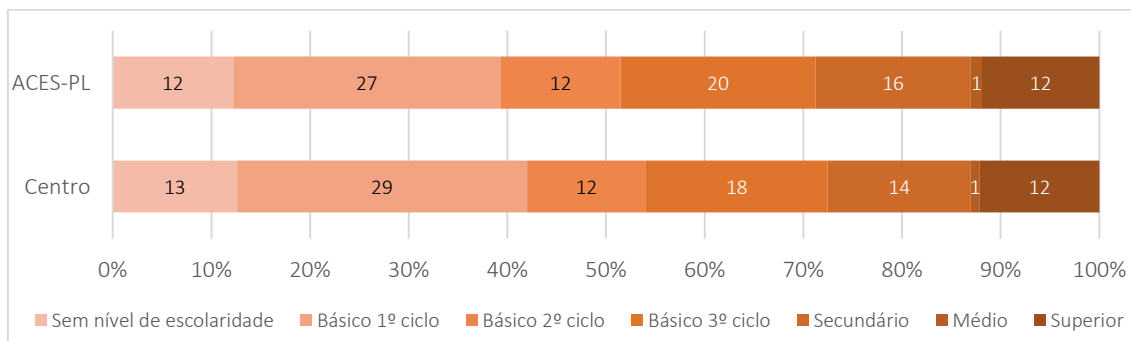


Figura 22: Percentagem de população por nível de escolaridade mais elevado completo, 2011, no ACES-PL e na Região Centro.

Fonte: PORDATA, 2022.

O 1º ciclo do ensino básico representava o nível de escolaridade com a proporção mais elevada, traduzindo ainda uma baixa escolaridade da população, mas significativamente melhor do que a verificada em 2001 (Figura 23), com a duplicação da proporção da população com o ensino superior completo e a redução 21% para 12% da população sem nenhum nível de escolaridade completo.

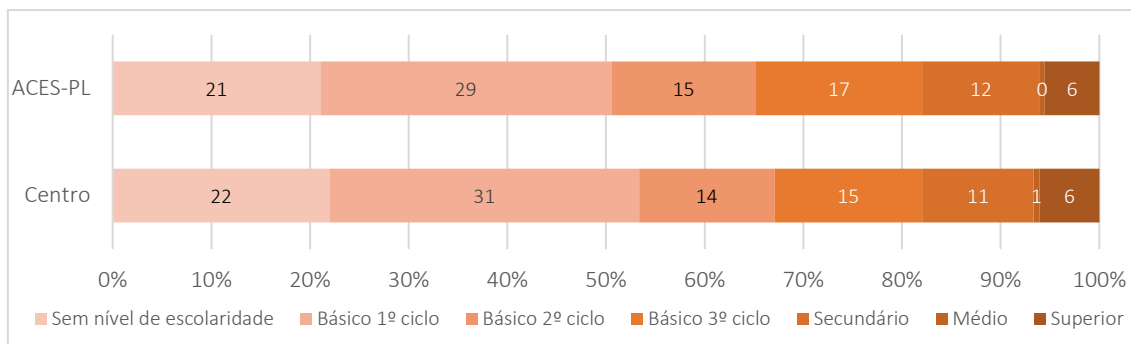


Figura 23: Percentagem de população por nível de escolaridade mais elevado completo, 2001, no ACES-PL e na Região Centro.

Fonte: PORDATA, 2022.

3.11 Taxa de abandono escolar

Taxa de abandono precoce de educação e formação: Percentagem de pessoas entre os 18 e os 24 anos que deixou de estudar sem ter completado o secundário.

Relativamente ao abandono escolar, podemos observar na Figura 24, que Pombal era o concelho do ACES-PL com a maior taxa de abandono escolar (1,31%). Em contrapartida, a taxa de abandono escolar no concelho da Marinha Grande situou-se abaixo de 1%.

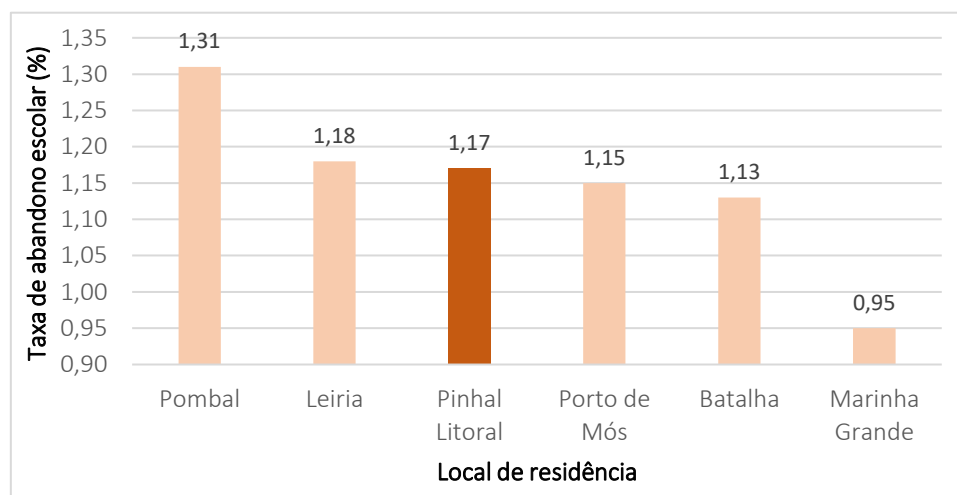


Figura 24: Taxa de abandono escolar (%) por Local de residência.

Fonte: PORDATA, 2022.

3.12 Taxa de analfabetismo

Taxa de analfabetismo: População residente com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever, isto é, incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa.

A análise da evolução da taxa de analfabetismo mostra uma clara melhoria deste indicador entre os censos de 2001 e os censos de 2011 (Figura 25), com a maioria dos concelhos do ACES-PL a apresentarem um melhor desempenho comparativamente ao observado para a generalidade da Região Centro. Contudo, destaca-se o concelho de Pombal com a taxa de analfabetismo mais elevada do ACES-PL e mais consideravelmente mais elevada do que a verificada na Região Centro, em ambos os censos.

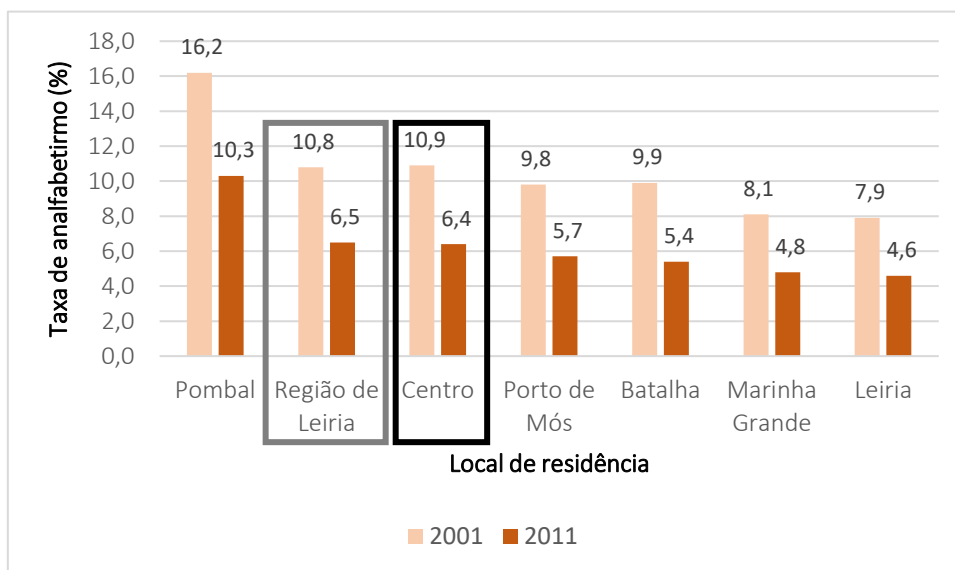


Figura 25: Taxa de analfabetismo segundo os censos de 2001 e 2011, na Região de Leiria, Região Centro e concelhos do ACES-PL.

Fonte: PORDATA, 2022.

3.13 Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem

Ganho mensal: Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros pago mensalmente com carácter regular pelas horas de trabalho efetuadas, assim como o pagamento das horas remuneradas, mas não efetuadas. Inclui para além da remuneração de base todos os prémios e subsídios regulares (diuturnidades, subsídios de função, de alimentação, de alojamento, de transporte, de antiguidade, de produtividade, de assiduidade, de turno, de isenção de horário, por trabalhos penosos, perigosos e sujos, etc.), bem como o pagamento por horas suplementares ou extraordinárias.

A evolução do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem mostra uma tendência de crescimento ao longo dos anos analisados, mas com o concelho da Marinha Grande a destacar-se como a Região analisada com o maior ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, em todos os períodos analisados, com uma diferença, em 2019, de 310€ face ao concelho com o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem mais baixo (Pombal), como observado na Figura 26.

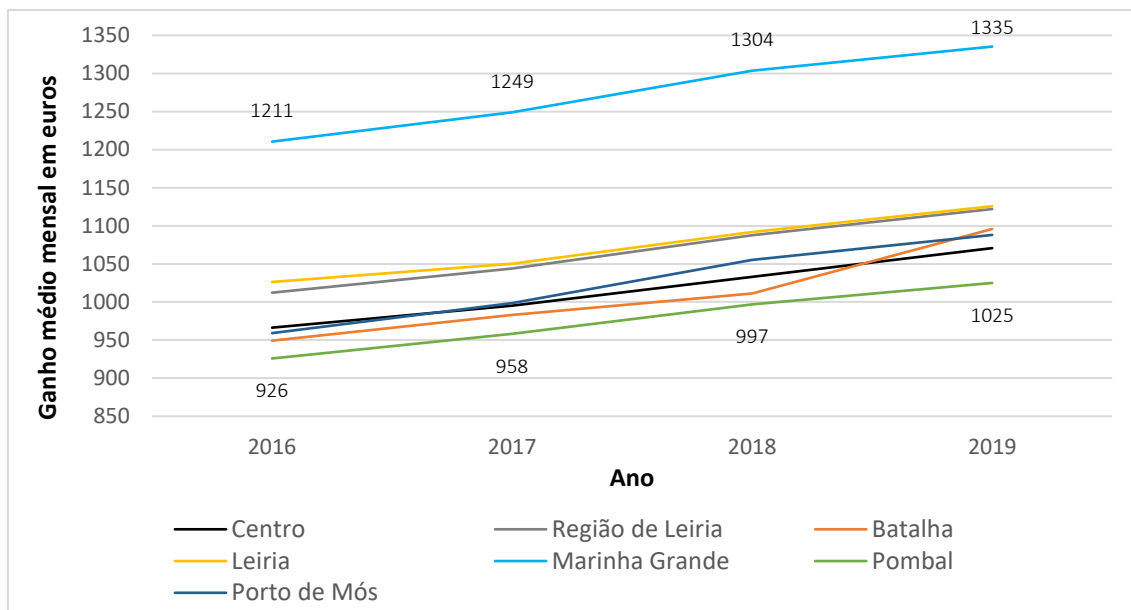


Figura 26: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem por localização geográfica. Fonte: INE, 2022.

3.14 Poder de Compra *per capita*

Poder de Compra *per capita*: Indicador compósito que pretende traduzir o poder de compra em termos *per capita*. É um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões.

A análise da Figura 27 mostra que apenas o concelho de Leiria apresentava um poder de compra *per capita* superior à média nacional (índice 100). Observa-se ainda uma tendência de decréscimo do poder de compra no concelho da Marinha Grande. O concelho de Porto de Mós apresenta o valor do poder de compra *per capita* mais baixo do ACES-PL, sem uma flutuação importante nos anos avaliados.

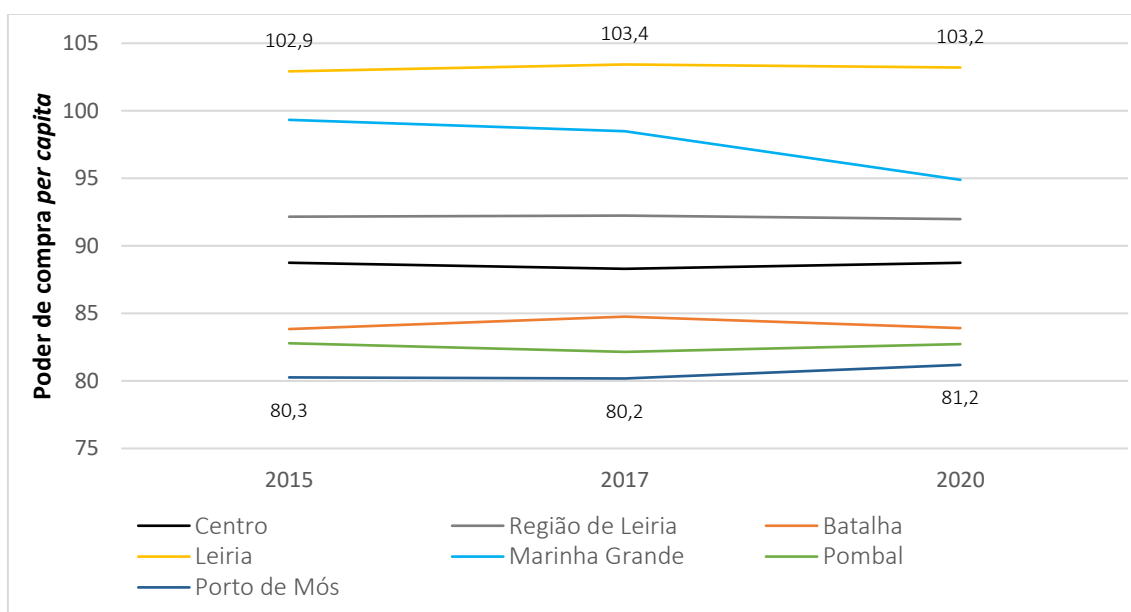


Figura 27: Poder de compra *per capita* por localização geográfica, entre 2015 e 2020. Fonte: INE, 2022.

3.15 População servida por abastecimento público de água (%)

Sistema de Abastecimento de Água: Sistema de captação, tratamento e distribuição da água canalizada.

Em 2019, os concelhos do ACES-PL apresentavam uma proporção da população servida por abastecimento público de água superior à média verificada para a Região Centro, com 4 dos seus 5 concelhos a apresentarem uma cobertura de 100% da população (Figura 28).

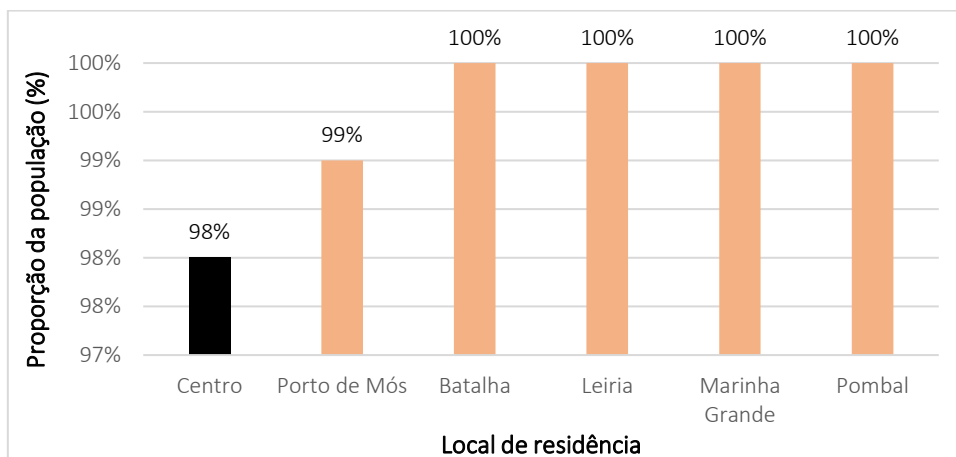


Figura 28: Proporção da população servida por abastecimento público de água no ano 2019. Fonte: INE, 2022.

3.16 População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%)

Sistema de drenagem de águas residuais: Sistema de recolha, tratamento e descarga da água proveniente dos esgotos.

Relativamente à população servida por sistemas de drenagem de águas residuais, apenas os concelhos de Leiria e da Marinha Grande apresentavam uma proporção da população servida superior ao observado na Região Centro. Destaca-se ainda que os concelhos de Pombal e de Porto de Mós apresentavam uma proporção inferior a 60% da população servida por sistemas de drenagem de águas residuais.

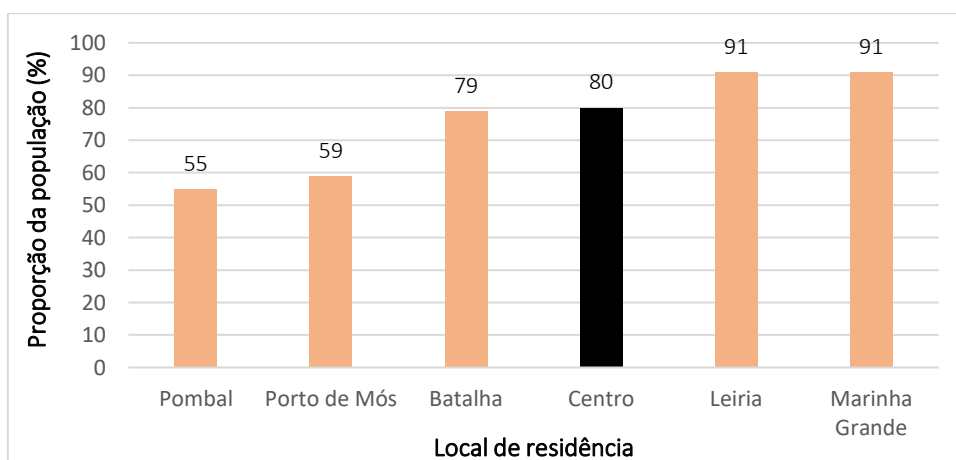


Figura 29: Proporção da população servida por sistemas de drenagem de águas residuais em 2019. Fonte: INE, 2022.

DETERMINANTES DE SAÚDE



Proporção (%) de nascimentos em mulheres com idade inferior a 20 anos

Proporção (%) de nascimentos em mulheres com idade superior ou igual a 35 anos

4. Determinantes de saúde

4.1 Nascimentos em mulheres com idade inferior a 20 anos

A Figura 30 mostra a evolução da proporção de nascimentos em mulheres com idade inferior a 20 anos, nos vários concelhos do ACES-PL e na Região Centro, não se destacando nenhum padrão de evolução específico entre os vários concelhos. Destaca-se apenas que, nos anos estudados, a maioria dos concelhos que compõem o ACES-PL apresentam um valor inferior ao da Região Centro.

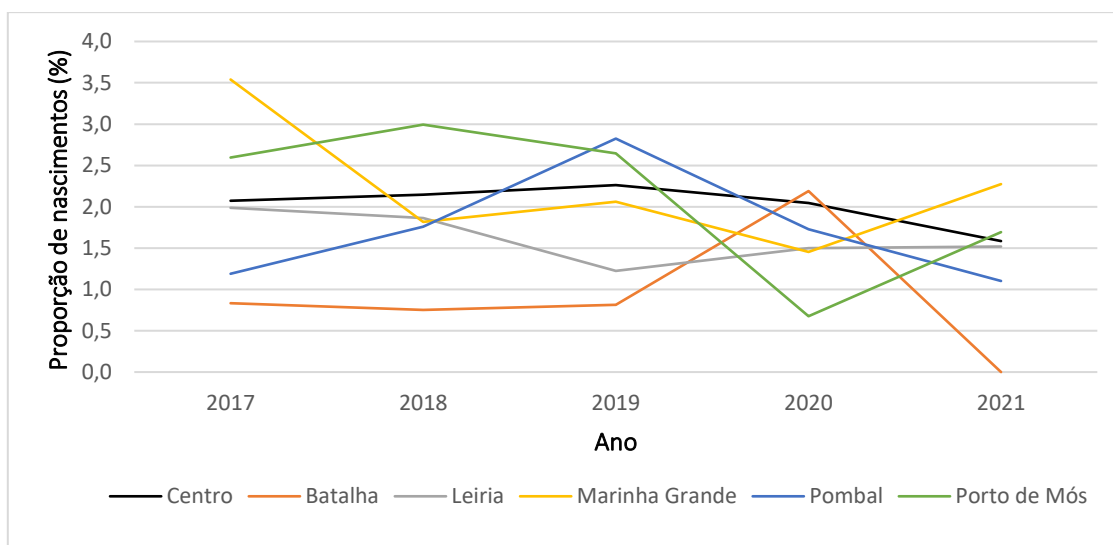


Figura 30: Proporção (%) de nascimentos em mulheres com idade inferior a 20 anos, na Região Centro e no ACES-PL, 2017-2021.

Fonte: INE, 2022.

De forma a complementar a interpretação da Figura 30 são apresentados os dados de forma mais detalhada no Quadro 13.

Quadro 13: Proporção (%) de nascimentos em mulheres com idade inferior a 20 anos, na Região Centro e no ACES-PL, 2017-2021.

	Proporção (%) de nascimentos em mulheres com idade inferior a 20 anos				
	2017	2018	2019	2020	2021
Centro	2,1	2,1	2,3	2,0	1,6
Batalha	0,8	0,8	0,8	2,2	0,0
Leiria	2,0	1,9	1,2	1,5	1,5
Marinha Grande	3,5	1,8	2,1	1,5	2,3
Pombal	1,2	1,8	2,8	1,7	1,1
Porto de Mós	2,6	3,0	2,6	0,7	1,7

Fonte: INE, 2022.

4.2 Nascimentos em mulheres com idade superior ou igual a 35 anos

A análise da evolução da proporção de nascimentos em mulheres com idade superior ou igual a 35 anos nos vários concelhos do ACES-PL entre 2017 e 2021 (Figura 31), mostra uma tendência de diminuição deste valor no concelho da Marinha Grande. Por outro lado, o concelho de Pombal apresenta uma tendência crescente da proporção de nascimentos em mulheres com idade superior ou igual a 35 anos.

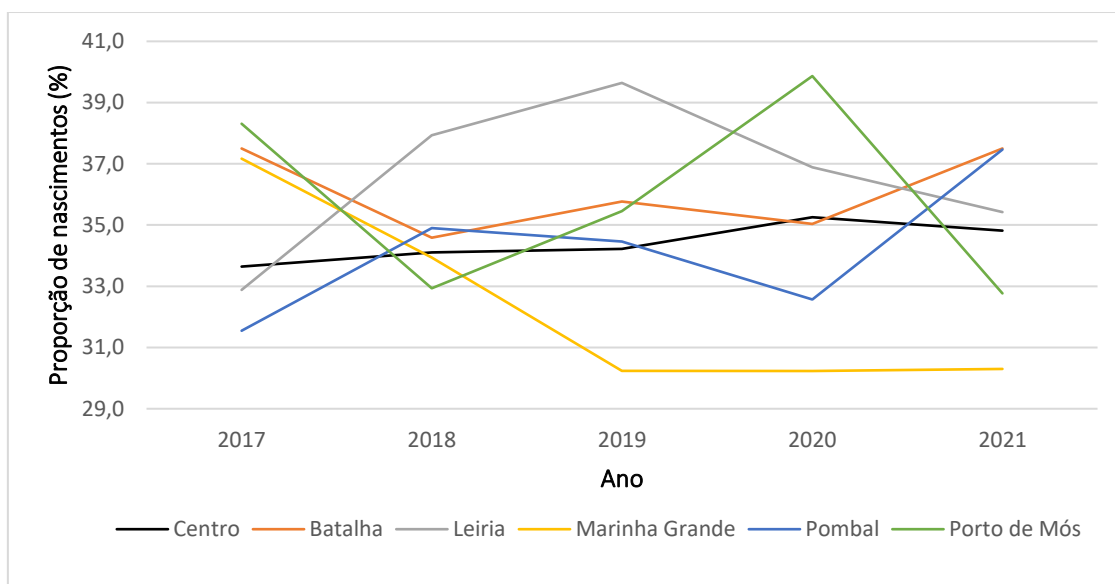


Figura 31: Proporção de nascimentos em mulheres com idade superior ou igual a 35 anos nos vários concelhos do ACES-PL e na Região Centro, 2017-2021.

Fonte: INE, 2022.

De forma a complementar a interpretação da Figura 31, são apresentados os dados de forma mais detalhada no Quadro 14.

Quadro 14: Proporção de nascimentos em mulheres com idade superior ou igual a 35 anos nos vários concelhos do ACES-PL e na Região Centro, entre 2017 e 2021.

	Proporção (%) de nascimentos em mulheres com idade \geq 35 anos				
	2017	2018	2019	2020	2021
Centro	33,6	34,1	34,2	35,3	34,8
Batalha	37,5	34,6	35,8	35,0	37,5
Leiria	32,9	37,9	39,6	36,9	35,4
Marinha Grande	37,2	33,9	30,2	30,2	30,3
Pombal	31,5	34,9	34,5	32,6	37,5
Porto de Mós	38,3	32,9	35,4	39,9	32,8

Fonte: INE, 2022.

ESTADO DE SAÚDE



- Proporção (%) de nascimentos pré-termo
- Proporção (%) de crianças com baixo peso à nascença
- Taxa bruta de mortalidade
- Taxa de mortalidade infantil
- Taxa de mortalidade neonatal
- Taxa de mortalidade neonatal precoce
- Taxa de mortalidade pós-neonatal
- Taxa de mortalidade perinatal
- Mortalidade por grandes grupos de causas de morte
- Notificações das Doenças de Notificação Obrigatória

5. Estado de saúde

5.1 Nascimento pré-termo

Nascimento pré-termo: Define-se nascimento pré-termo (premature) pela idade gestacional em que ocorre o nascimento, considerando-se como tal o ocorrido antes de 37 semanas de gestação.

Pela análise da Figura 32, constata-se que, dos concelhos que constituem o ACES-PL, apenas o concelho da Batalha apresentava em 2020 uma proporção de nascimentos pré-termo inferior ao observado para a Região Centro, com o concelho de Porto de Mós a destacar-se com a maior proporção de nascimentos pré-termo de todo o ACES-PL.

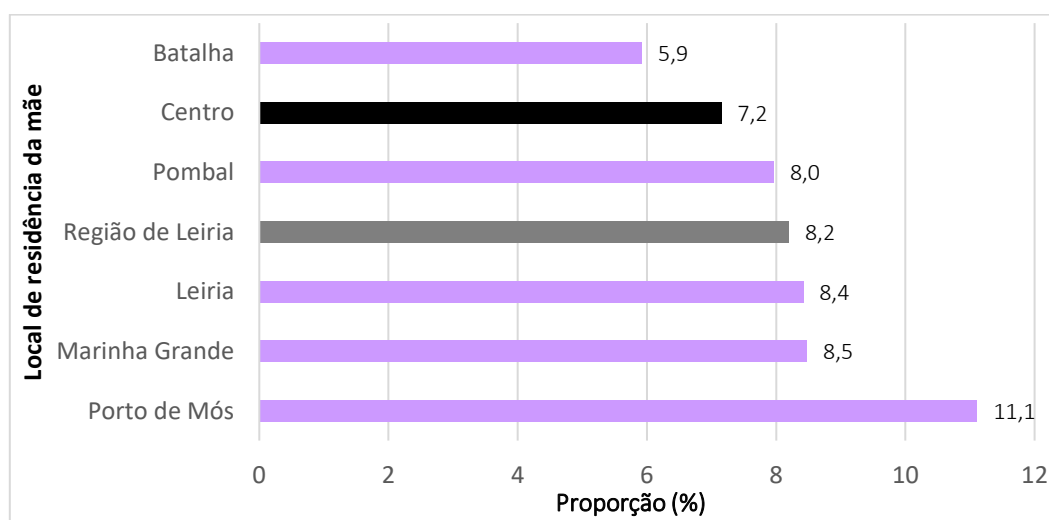


Figura 32: Proporção (%) de nascimentos pré-termo em 2020 (concelhos do ACES-PL, Região de Leiria e ARS Centro).

Fonte: INE, 2022.

5.2 Crianças com baixo peso à nascença

Baixo peso à nascença: Corresponde a um nascimento que ocorre abaixo dos 2.500 g.

Também no que diz respeito à proporção de crianças com baixo peso à nascença (Figura 33), a maioria dos concelhos do ACES-PL apresentam uma proporção superior ao observado para a Região Centro, apenas com Leiria a apresentar uma proporção inferior e Batalha a igualar a Região Centro.

Porto de Mós apresenta-se como o concelho com o resultado mais negativo neste indicador, contudo esta análise deverá considerar a elevada proporção de nascimentos pré-termo verificada neste concelho, já referida anteriormente, que contribuirá, pelo menos parcialmente, para o resultado deste indicador.

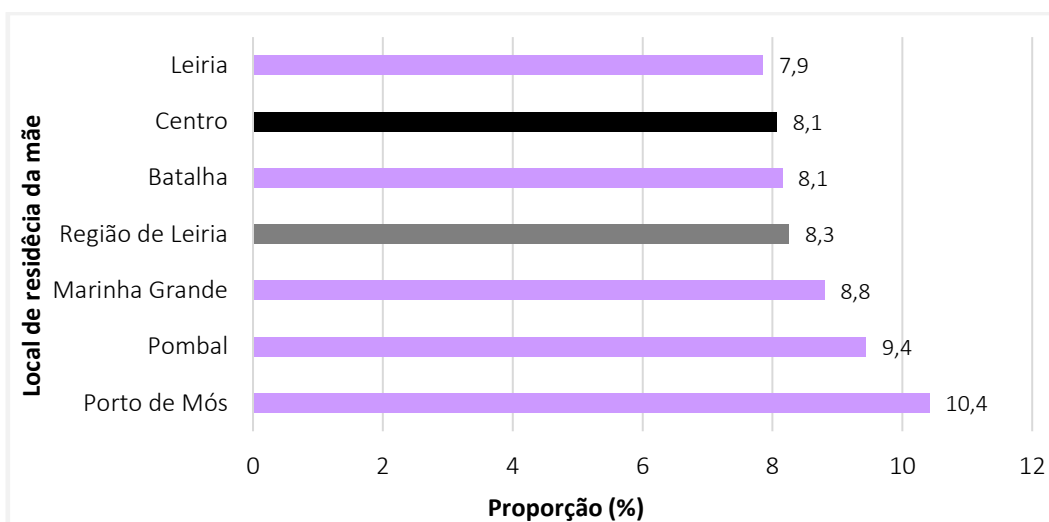


Figura 33: Proporção (%) de crianças com baixo peso à nascença em 2020, nos concelhos do ACES-PL, Região de Leiria e Região Centro.

Fonte: INE, 2022.

5.3 Taxa bruta de mortalidade

Taxa Bruta de Mortalidade: Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10³) habitantes).

A análise da taxa bruta de mortalidade nos vários concelhos do ACES-PL, explanada na Figura 34, mostra que, na generalidade dos concelhos, este indicador apresenta um desempenho mais favorável do que o observado para a Região Centro, não se observando nenhum concelho do ACES-PL cujo valor seja superior à Região Centro.

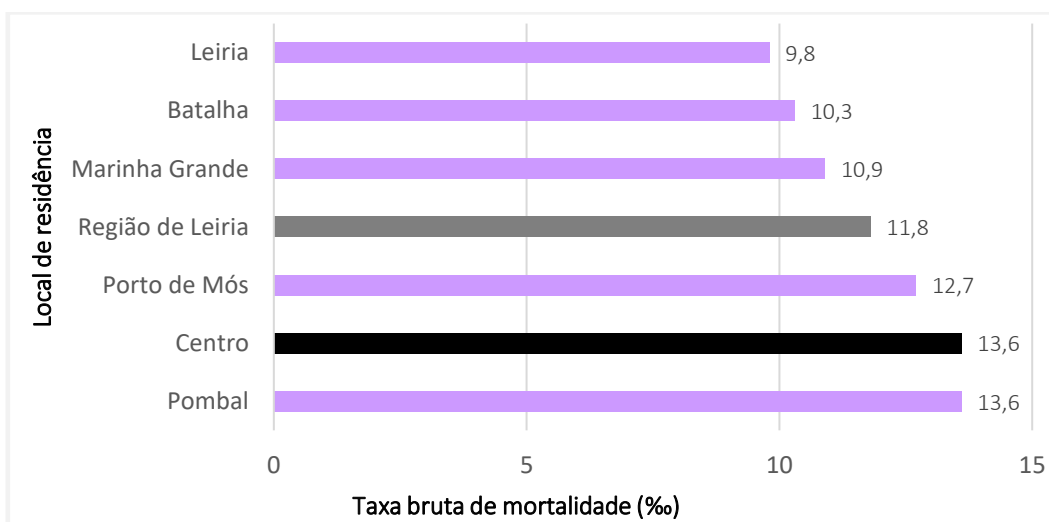


Figura 34: Taxa bruta de mortalidade em 2020, nos concelhos do ACES-PL, Região de Leiria e ARS Centro.

Fonte: INE, 2022.

5.4 Taxa de mortalidade infantil

Taxa de mortalidade infantil: Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 (10^3) nados vivos).

Da análise dos valores da taxa de mortalidade infantil para o triénio 2018-2020, no ACES-PL, destaca-se o concelho de Pombal, onde se verificou uma ausência de mortalidade infantil para o período em análise. Por outro lado, os concelhos da Batalha e Leiria apresentaram um valor superior ao observado na Região Centro, com o concelho de Leiria a apresentar um excesso de mortalidade infantil de aproximadamente 16,7% em comparação com os valores observados na Região Centro (Figura 35).

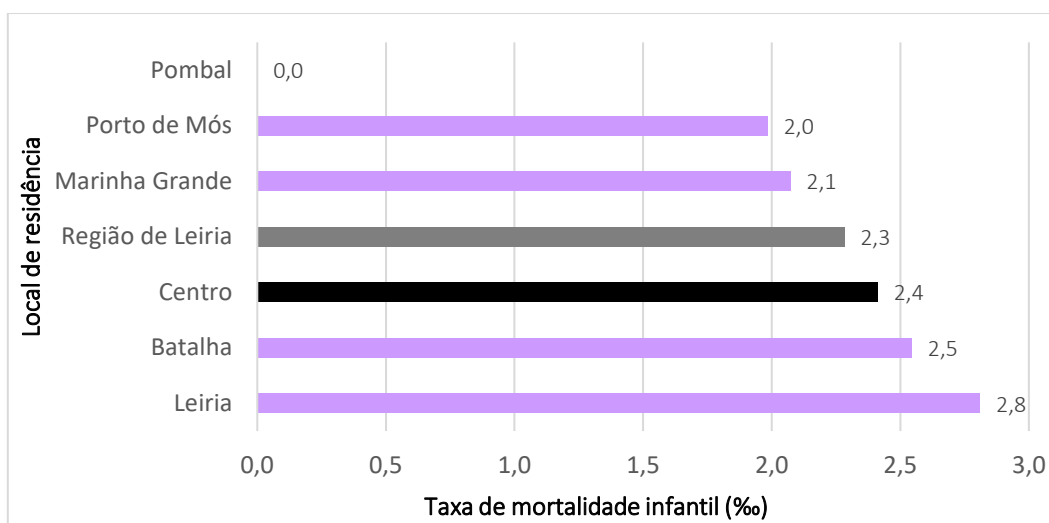


Figura 35: Taxa de mortalidade infantil (triénio 2018-2020), nos concelhos do ACES-PL, Região de Leiria e ARS Centro.

Fonte: INE, 2022.

5.5 Taxa de mortalidade neonatal

Taxa de Mortalidade Neonatal: Número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados-vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade por 1000 (10^3) nados-vivos).

A Figura 36 mostra que praticamente todos os concelhos do ACES-PL apresentaram, no triénio 2018-2020, uma taxa de mortalidade neonatal superior à observada tanto na Região Centro como na Região de Leiria, especialmente no concelho da Batalha, mas que deverá ser interpretada com prudência face ao número mais reduzido de habitantes deste concelho. Destaca-se ainda o concelho de Pombal que não apresentou óbitos na faixa etária considerada.

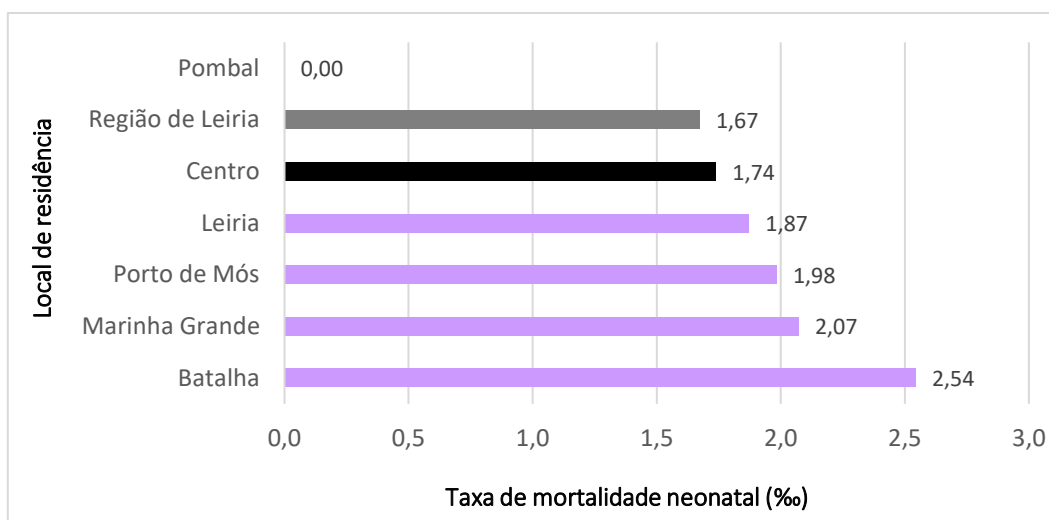


Figura 36: Taxa de mortalidade neonatal (triénio 2018-2020), nos concelhos do ACES-PL, Região de Leiria e ARS Centro.

Fonte: INE, 2022.

5.6 Taxa de mortalidade neonatal precoce

Taxa de mortalidade neonatal precoce: Número de óbitos de crianças com menos de 7 dias de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 7 dias de idade por 1000 (10^3) nados vivos).

Quando é analisada apenas a taxa de mortalidade neonatal precoce (Figura 37), apenas dois concelhos (Porto de Mós e Batalha) apresentam um valor superior ao observado na Região Centro, mas que deverá ser interpretado com prudência face ao reduzido número nados vivos observados nestes dois concelhos.

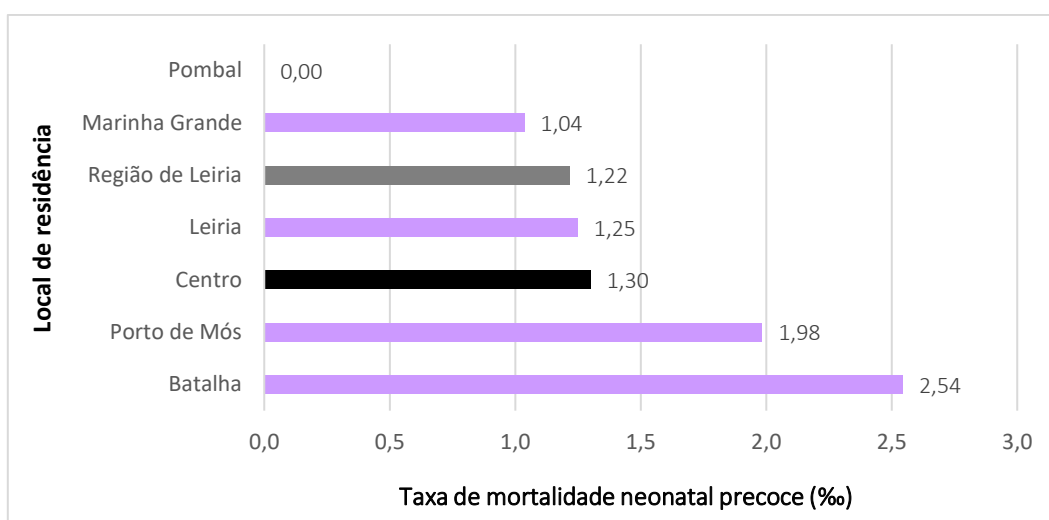


Figura 37: Taxa de mortalidade neonatal precoce (triénio 2018-2020), nos concelhos do ACES-PL, Região de Leiria e ARS Centro.

Fonte: INE, 2022.

5.7 Taxa de mortalidade pós-neonatal

Taxa de mortalidade pós-neonatal: Número de óbitos de crianças com mais de 28 dias de idade e menos de um ano de idade por cada mil nascimentos vivos num determinado período de tempo e numa dada área geográfica.

A análise da taxa de mortalidade pós-neonatal nos vários concelhos do ACES-PL no triénio 2018-2020 (Figura 38), mostra que praticamente todos os concelhos se apresentaram melhor posicionados neste indicador em relação à Região Centro e Região de Leiria, sem óbitos registados na faixa etária considerada para este indicador, com a exceção do concelho de Leiria; tal é expectável, tendo em consideração um número mais elevado de nascimentos neste concelho.

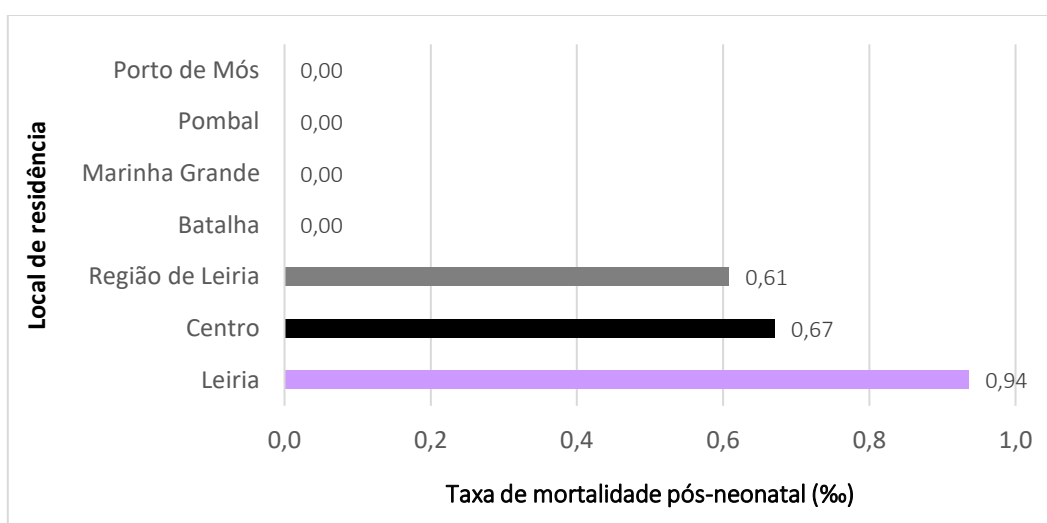


Figura 38: Taxa de mortalidade pós-neonatal (triénio 2018-2020), nos concelhos do ACES-PL, Região de Leiria e ARS Centro.

Fonte: INE, 2022.

5.8 Taxa de mortalidade perinatal

Taxa de Mortalidade Perinatal: Número de óbitos fetais de 28 ou mais semanas de gestação e óbitos de nados-vivos com menos de 7 dias de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados-vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos fetais de 28 ou mais semanas e óbitos de nados-vivos com menos de 7 dias de idade por 1000 (10^3) nados-vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas).

Relativamente à taxa de mortalidade perinatal, apresentada na Figura 39, realça-se o concelho da Batalha com um valor superior ao dobro do registado na Região Centro e quase quatro vezes superior ao observado na Região de Leiria. Destacam-se ainda os concelhos da Marinha Grande e Porto de Mós, sem óbitos registados, em 2020, para as faixas etárias consideradas neste indicador.

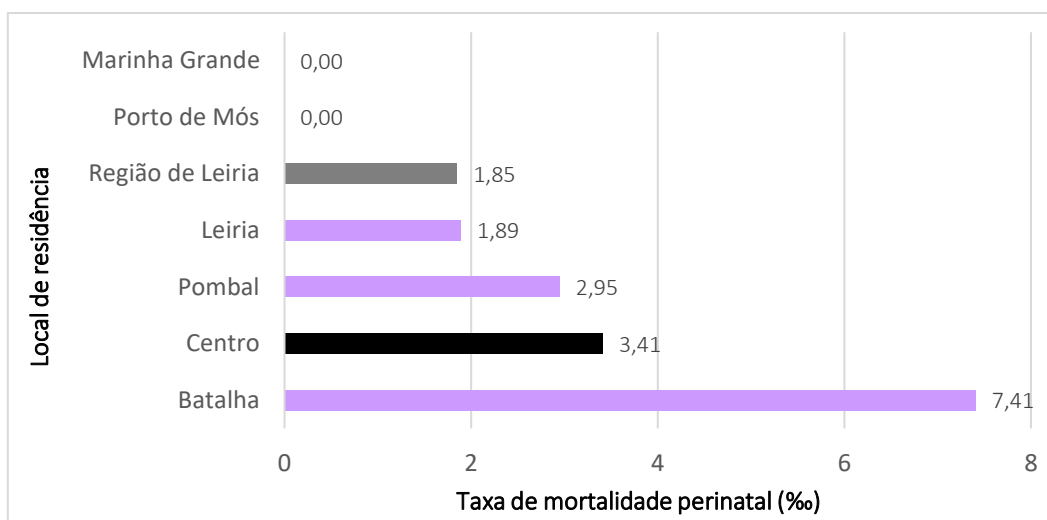


Figura 39: Taxa de mortalidade perinatal em 2020, nos concelhos do ACES-PL, Região de Leiria e ARS Centro.
Fonte: INE, 2022.

5.9 Mortalidade por grandes grupos de causas de morte, por grupos etários

O Quadro 15 procura caracterizar com maior detalhe as principais causas de morte reportadas no ACES-PL, para o sexo masculino. Nas faixas etárias mais jovens (até aos 24 anos) observa-se uma expressão crescente das causas externas de lesão e envenenamento, tendência crescente esta que se mantém para as faixas etárias seguintes.

Com maior volume, temos os óbitos por doenças do aparelho circulatório, seguidas das doenças neoplásicas e respiratórias. Expectavelmente, o volume de óbitos é mais expressivo nas faixas etárias mais avançadas, não só porque a idade é também fator de risco para a morte, mas porque a prevalência destas doenças é maior nestas faixas etárias.

Para o sexo feminino, o Quadro 16 indica tendências semelhantes, embora em maior número nas faixas etárias mais avançadas, provavelmente devido ao diferencial de efetivos de ambos os sexos (maior número de mulheres do que de homens). Para além das causas correspondentes a patologia crónica, de realçar, à semelhança do que se verifica para o sexo masculino, uma tendência crescente das causas externas com a idade.

Quadro 15: Nº de óbitos por grandes grupos de causas de morte, em homens, no ACES-PL, por faixa etária, 2018-2020.

	< 1			1-14			15-24			25-45			45-64			65-74			> 75		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Tuberculose	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2	1	0
Infecção meningocócica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Doenças pelo vírus da imunodeficiência humana [HIV]	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Hepatite viral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0
Tumores (neoplasmas) malignos	0	0	0	2	1	0	0	1	1	5	10	3	77	77	93	94	83	75	189	217	210
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	2	0	2	1	0	3	8	4
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	7	6	8	15	13	13	66	48	59
Transtornos mentais e comportamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	3	5	6	5	40	44	40
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4	0	1	3	3	1	11	13	12	33	26	33
Doenças do aparelho circulatório	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	2	6	40	33	34	59	49	53	247	257	246
Doenças do aparelho respiratório	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	10	4	20	11	10	165	152	150
Doenças do aparelho digestivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	2	6	14	9	12	11	14	24	28	37
Doenças da pele e do tecido celular subcutâneo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	5
Doenças do sistema osteomuscular/ tecido conjuntivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	0	1	1	5	1	3
Doenças do aparelho geniturinário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	4	1	2	3	3	3	48	45	29
Complicações da gravidez, parto e puerpério	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Malformações congénitas, deformidades e anomalias cromossómicas	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Malformações congénitas do sistema nervoso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Malformações congénitas do aparelho circulatório	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Causas externas de lesão e envenenamento	0	0	0	0	3	1	3	3	0	15	8	18	17	26	20	8	16	13	38	32	38

Fonte: INE, 2022.

Quadro 16: Nº de óbitos por grandes grupos de causas de morte, em mulheres, no ACES-PL, por faixa etária, 2018-2020.

	< 1			1-14			15-24			25-45			45-64			65-74			> 75					
	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020			
Tuberculose	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	1
Infecção meningocócica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Doenças pelo vírus da imunodeficiência humana [HIV]	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Hepatite viral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Tumores (neoplasmas) malignos	0	0	0	0	0	1	3	0	1	5	13	7	39	50	37	59	42	60	155	167	159			
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	12	8	9			
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	3	3	4	6	3	5	86	57	63			
Transtornos mentais e comportamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2	3	3	58	63	65			
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	5	4	2	4	6	12	54	48	46			
Doenças do aparelho circulatório	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	1	7	7	13	25	21	22	370	347	348			
Doenças do aparelho respiratório	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	3	3	16	15	10	175	179	131			
Doenças do aparelho digestivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	5	4	3	8	8	5	38	46	32			
Doenças da pele e do tecido celular subcutâneo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	3	4	8			
Doenças do sistema osteomuscular/ tecido conjuntivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	8	9	5			
Doenças do aparelho geniturinário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	2	0	2	6	61	46	69			
Complicações da gravidez, parto e puerpério	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Malformações congénitas, deformidades e anomalias cromossómicas	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	1	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Malformações congénitas do sistema nervoso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Malformações congénitas do aparelho circulatório	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Causas externas de lesão e envenenamento	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	5	3	8	12	4	6	8	6	42	38	29			

Fonte: INE, 2022.

5.10 Incidência de doenças de notificação obrigatória no ACES-PL

As doenças infecciosas têm vindo a reassumir relevância crescente a nível europeu e mundial. Desde 1980, altura do reconhecimento do início da pandemia VIH/SIDA, que os epidemiologistas reconhecem a possibilidade de emergirem novos problemas no futuro, ou de reemergirem velhas epidemias, mesmo de forma inesperada, constituindo um verdadeiro desafio à Saúde Pública (DGS, A Saúde dos Portugueses. Perspetiva 2015).

Assim aconteceu recentemente em Portugal com a Doença dos Legionários. Com uma notificação média inferior a 100 novos casos por ano (correspondentes a pequenos clusters ou a casos esporádicos adquiridos na comunidade), a doença tornou a surgir, subitamente, em novembro de 2014, com a expressão de um surto de grande dimensão (403 casos notificados e 14 óbitos registados em Vila Franca de Xira).

A notificação eletrónica das Doenças de Notificação Obrigatória (DNO), através da plataforma Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica (SINAVE), passou a ser obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2015, permitindo às Autoridades de Saúde Local, Regional e Nacional conhecer, em tempo real, a ocorrência de uma doença transmissível e implementar medidas de prevenção e controlo, de acordo com as suas competências, limitando a disseminação da doença e a ocorrência de casos adicionais.

O SINAVE (instituído pela Lei nº 81/2009, de 21 de agosto, e regulamentado pela Portaria nº 248/2013, de 5 de agosto), funciona como um instrumento para a monitorização contínua da ocorrência das DNO em Portugal, fornecendo a base para o planeamento e intervenção na sua prevenção e controlo. É um dos principais sistemas de vigilância epidemiológica usado pelos serviços de Saúde Pública para monitorizar tendências, avaliar a transcendência e magnitude dos problemas e tomar decisões sobre estratégias de intervenção. A nível nacional, este sistema, permite ainda responder a vários requerimentos internacionais, como a comunicação à Organização Mundial de Saúde e ao Centro Europeu para a Prevenção e Controlo de Doenças (ECDC, no acrónimo em inglês), fornecendo a base do trabalho para a comunidade internacional para a prevenção e controlo de surtos.

Em 2021, destaca-se um aumento de algumas doenças de notificação obrigatória (DST), nomeadamente infeções por sífilis, excluindo sífilis congénita, VIH/SIDA e *Chlamydia Trachomatis* (Quadro 15). Quanto às infeções respiratórias, ao longo dos últimos 3 anos, o número de casos

de tuberculose tem diminuído, ao contrário da doença dos legionários que duplicou a sua incidência no último ano.

Quadro 17: Número de DNO no ACES-PL, 2019-2021.

Designação Doença	2019						2020						2021					
	Batalha	Leiria	Marinha Grande	Porto de Mós	Pombal	Total	Batalha	Leiria	Marinha Grande	Porto de Mós	Pombal	Total	Batalha	Leiria	Marinha Grande	Porto de Mós	Pombal	Total
Brucelose						0						0					1	1
Campylobacter		3	1	1	3	8		3			2	5		2	1		1	4
Dengue					1	1						0						0
Doença de Lyme		1				1						0						0
Doença dos legionários		7	1		1	9			4		3	7	2	8	1		3	14
Doença Invasiva meningocócica					1	1			1			1						0
Doença Invasiva Pneumocócica	1	5	2		1	9		3		1		4	2	3	1		1	7
Doença invasiva por Haemophilus Influenza		1				1						0		2		1		3
Febre escaro-nodular	1	7	2	1	2	13		2		1	1	4		2		2	3	7
Febre Q			1			1		1				1						0
Febres tifoide e paratifoide			1			1						0			1			1
Giardíase		2				2		1			1	2	1	1				2
Gonorreia	1	15	3	1	1	21	2	17	2	2	1	24		7	4	1	1	13
Hepatite A		1	1			2						0		1				1
Hepatite B		4			1	5					1	1					2	2
Hepatite C		9				9		2			1	3				1		1
Infeção Chlamydia Trachomatis		1	1	1		3		4	1	1	3	9		8	7	2		17
Infeção por E. Coli						0		1				1						0
Leishmaníase Visceral						0						0		1				1
Leptospirose		1			1	2		1			1	2				1		1
Linfogranuloma		3				3						0						0
Listeriose						0					1	1		1				1
Malária						0		1				1						0
Parotidite epidémica						0					1	1		1				1
Salmoneloses não Typhi e não Paratyphi		5	1	1	2	9						0	1	6	2			9
Sífilis, excluindo Sífilis congénita	2	11	9	2	6	30	1	14	3	1	1	20		29	8	3	7	47
Tosse convulsa					1	1						0						0
Tuberculose	1	7	8		4	20		6	2	1	1	10		5	2	1	2	10
VIH e SIDA		1	3			4		4		2	2	8		25	6	2	3	36
Yersiniose						0						0				1		1

Nota (Critérios de Inclusão): A lista apresentada diz respeito ao total de casos classificados como “Caso Confirmado”, “Caso Provável”, “Caso Possível” e “Desconhecido”. Apenas são apresentadas Doenças de Notificação Obrigatória com pelo menos um caso classificado nas categorias supramencionadas durante o período de referência.

Nota (Critérios de Exclusão): Por questões de imprecisão de dados as seguintes classificações de Doenças de Notificação Obrigatória não são apresentadas: “Síndrome Respiratória Aguda (SARS)”; “SARS-CoV-2”; “Infeção pelo novo Coronavírus (MERS-CoV)”; “Infeção pelo vírus MERS-CoV”. Foram excluídas notificações reconhecidas como “notificações teste”. Notificações classificadas como “não caso” foram excluídas. Notificações não pertencentes à área geográfica do ACES Pinhal Litoral foram excluídos.

Fonte: SINAVE, 2022.

Conclusão

O Perfil Local de Saúde do ACES Pinhal Litoral é um instrumento de gestão essencial à tomada de decisão, de forma a garantir uma governança clínica e institucional de qualidade, baseadas na melhor evidência disponível, com o objetivo da melhoria do estado de saúde das populações e redução das iniquidades em saúde.

Para a elaboração do perfil, foram criteriosamente selecionadas as métricas, previamente consensualizadas com o Departamento de Saúde Pública da Região Centro, de forma a traduzir os problemas de saúde da área do ACES-PL, nomeadamente nos concelhos de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós.

O perfil apresenta uma panorâmica concisa e relevante da saúde e do sistema de saúde e realça as características e os desafios específicos de cada concelho por comparação com os restantes concelhos, com a região onde se inserem e com o país. Transmite a imagem atual da situação de saúde do ACES-PL, e tem como objetivo apoiar e estruturar as políticas com atuação na Saúde, servindo como base de informação para outras caracterizações ou trabalhos noutros setores.

A pandemia da COVID-19 confirmou que a Saúde, e os seus determinantes, não têm fronteiras. Vivemos atualmente um período conturbado de conflito armado, contração económica, inflação, crise climática, e de outros inúmeros problemas, numa estrutura altamente complexa de fatores que aumentam, ou diminuem, a probabilidade da ocorrência destes fenómenos. Os efeitos destes na Saúde das populações são conhecidos por todos, sendo que a nossa sobrevivência enquanto espécie está dependente do agravamento de muitos deles. Não teremos outra hipótese senão, enquanto agentes de saúde pública, tomar as decisões mais adequadas, com a melhor evidência disponível, conhecendo em profundidade os problemas, para que a inovação das soluções possa ser implementada. A dimensão do nosso papel será apenas medida pela dimensão da nossa vontade. É esse o Perfil que desejamos para a Saúde.